



XVI ENCONTRO NACIONAL DE PROFISSIONAIS EM SOCIOLOGIA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
27 e 28 de Novembro de 2015

Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva

Programa/Resumos

1º Dia – 27 de Novembro de 2015

9:00 – Recepção aos Participantes

Inauguração da Exposição “Trabalho com Direitos”

9:30 – Sessão Solene de Abertura (Auditório 1, Torre B - Piso 1)

- Luís Baptista, Diretor do CICS.NOVA, em representação do Diretor da FCSH-Universidade Nova de Lisboa
- Ana Paula Marques, Presidente da Comissão Organizadora
- Madalena Ramos, em representação da Presidente da APS-Associação Portuguesa de Sociologia
- Paula Urze, Presidente da APSIOT-Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia (SIOT)

10:00 – Conferência Inaugural (Auditório 1)

Trabalho, um futuro fragmentado?

- Daniel Muzio - Newcastle University Business School
 - Elísio Estanque – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Moderação: Paula Urze – FCT-Universidade Nova de Lisboa, Presidente da APSIOT

11.15 – Pausa para café

11:30/13.00 - Sessões paralelas (3 Salas)

Apresentação de comunicações

27 de Novembro 2015			
9.00	Recepção dos Participantes Inauguração da exposição "Trabalho com Direitos"		
9.30	Sessão Solene de Abertura - Auditório 1 (Torre B - Piso 1)		
10.00	Conferência Inaugural: (Auditório 1) <i>Trabalho, um Futuro Fragmentado?</i>		
11.15	Pausa para café		
11.30	Tema 6: Desenvolvimento, Políticas e Parcerias	Tema 4: Profissão, Profissional- ização e Profissionalismo	Tema 2: Mercados (Trans)nacionais de Emprego
	Sala T10 (Piso 3, Torre B) Moderador: Paula Ferreira	Sala T11 (Piso 3, Torre B) Moderador: Helena Serra	Sala T15 (Piso 3, Torre B) Moderador: M ^a Manuel Serrano
	19	17	24
	22	26	25
	56	32	35
		46	
13.00	Almoço	Almoço	Almoço
14.30	Tema 6: Desenvolvimento, Políticas e Parcerias	Tema 5: Diálogo Social e Desafios de Concertação Coletiva	Tema 2: Mercados (Trans)nacionais de Emprego
	Sala 0.08 (Piso 0, Torre B1) Moderador: António José Almeida	Sala 0.09 (Piso 0, Torre B1) Moderador: João Carvalho	Sala 1.10 (Piso 1, Torre B1) Moderador: Fátima Assunção
	29	9	7
	30	18	12
	33	36	16
	37	41	45
	47	49	48
16.15	Pausa para café	Causa para café	Causa para café
16.30		Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho	
		Sala 0.09 (Piso 0, Torre B1) Moderador: M ^a Natália Alves	
		3	
		13	
		15	
		23	
18.00	Fim 1º dia		

Resumos

11.30-13.00 - **Tema 6: Desenvolvimento, Políticas e Parcerias**

Sala T10

Coordenação/Moderação: Paula Ferreira (ISSS-Universidade Lusíada de Lisboa)

(19) A efetividade do mecanismo oficial de combate à discriminação de género no trabalho, em Portugal

Rosa Monteiro, CES-Universidade de Coimbra e ISMT; Virgínia Ferreira, FE-Universidade de Coimbra e CES

Neste texto apresentamos os resultados parciais de um projeto sobre a efetividade da Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego. A CITE é o mecanismo oficial, de constituição tripartida, criado para zelar pela implementação da legislação de igualdade no trabalho e no emprego e não discriminação em razão do sexo. Analisa-se aqui a efetividade deste mecanismo oficial adotando a proposta analítica de Thomas e Taylor (1997), que a organiza em duas dimensões, a capacidade do próprio mecanismo, e a capacidade das pessoas a quem se destina a sua ação. Esta concepção permite um duplo olhar, problematizando também o lado da procura de “defesa e apoio” por parte de mulheres e homens e não apenas eventuais dificuldades e condicionalismos da Comissão. Para estudar a capacidade destes dois tipos de agentes, mobilizámos a tipologia do método 3R's - recursos, representação e reconhecimento.

Do lado da CITE, as limitações ao nível dos recursos dizem respeito às restrições de recursos humanos e respetivas competências; limitações orçamentais; poucos recursos institucionais, designadamente, a espera de 30 anos pela Lei orgânica; ambivalências em torno do seu mandato; falta de autonomia de gestão; dificuldades de envolvimento dos stakeholders. Os problemas de reconhecimento-representação estão associados ao contínuo questionamento do seu papel na promoção da igualdade, tanto internamente como pelos stakeholders. As limitações à capacidade das pessoas são a iliteracia de direitos, o reduzido conhecimento da Comissão, o medo de represálias, especialmente num ambiente de crescente precariedade laboral. A estes acresce o fraco sentido de direitos, o não reconhecimento do Direito e da CITE como instâncias eficazes de defesa e o difícil reconhecimento da discriminação como factores que condicionam a procura da CITE por parte das pessoas suas destinatárias.

(22) Mercado de trabalho, género e precarização. Uma análise comparativa da situação das mulheres espanholas e portuguesas

Mercedes Alcañiz, Universidade de Jaume I; Rosa Monteiro, CES-Universidade de Coimbra

A crise económico-financeira internacional que despontou em 2008, teve impactos muito significativos no domínio das relações laborais, agudizando tendências especialmente desestruturadoras da situação das mulheres no mercado de trabalho. Em Espanha e Portugal assistiu-se a uma precarização galopante do mercado de trabalho, devido às medidas de flexibilização, intensificação das jornadas de trabalho, redução salarial, e ao encolhimento significativo dos direitos associados ao trabalho, bem como das políticas de proteção social, com especial impacto nas políticas de cuidado e apoio familiar.

O objetivo deste trabalho é o de fornecer uma análise comparativa da situação das mulheres espanholas e portuguesas a partir de uma perspetiva da precariedade e da desigualdade laboral. O estudo centra-se na análise de dados secundários obtidos a partir de fontes oficiais europeias e nacionais. A interpretação comparativa assenta num quadro analítico organizado em três dimensões explicativas: a estrutura económica e laboral de cada país; o sistema de relações de género; as características dos respetivos Estados Sociais.

(56) Trabalho das Misericórdias no horizonte 2020: perspetivas para a ação coletiva a partir da análise estratégica de atores num território alentejano

José Saragoça, Joaquim Fialho e Carlos Silva, Universidade de Évora

Decorrente de um estudo em curso que procura proceder ao diagnóstico social de misericórdias de um distrito alentejano, esta comunicação propõe-se “antecipar” o futuro do trabalho coletivo dos atores a partir da análise estratégica objetivos estratégicos e do jogo de forças dos atores.

Os dados foram recolhidos através de inquérito por questionário aplicado no verão de 2015 à totalidade das misericórdias do sistema estudado e tratados com recurso ao método MACTOR (Godet, 1993). Muito usado nos exercícios de prospetiva e vocacionado para a análise do jogo de atores, este método permite valorizar as relações de força entre os atores, e estudar as suas convergências e divergências relativamente aos objetivos associados à sua ação, evidenciando as potenciais alianças e os potenciais conflitos.

As conclusões e as recomendações estratégicas para os atores a apresentar no estudo constituirão elementos fundamentais para a definição de estratégias de ação coletiva das misericórdias.

Sala T11

Coordenação/Moderação: Helena Serra (CICS.NOVA/FCSH-Universidade Nova de Lisboa)

(17) Impacto da Nova Gestão Pública na profissão professor: Narrativas de Rescisões por Mútuo Acordo

Rosalinda Herdeiro, Agrupamento de Escolas de Pedome; Ana Paula Marques e Ana Maria Costa e Silva, Universidade do Minho

Nos últimos anos, nos países europeus, assistimos a profundas reestruturações no setor público que resultam, essencialmente, da discussão da ausência de consenso relativamente ao papel desempenhado pelo Estado nas sociedades contemporâneas. As propostas de mudança inerentes às políticas públicas tendem a configurar uma tentativa de alterar a forma tradicional de organização e gestão do Estado e as conceções acerca dos profissionais e do seu trabalho (Marques, 2010, 2013; Carvalho, Santiago & Caria, 2012; Bezes & Demazière, 2001). Procura-se diminuir o peso do Estado, erigindo-se uma gestão pública sustentada nas lógicas de mercado e na gestão privada – a Nova Gestão Pública – na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão. Em Portugal, a vontade de cumprir as funções normativa e fiscalizadora na governação faz-se sentir de imediato, pelo menos nos contextos educativos, evidenciando alterações significativas na vida das instituições e dos professores, através da múltipla legislação que chegou às escolas, interferindo na profissão docente: desde a reformulação do estatuto da carreira (2007), à reclassificação e reconversão (2008) até à Rescisão por Mútuo Acordo (2013). Nesta comunicação apresentam-se alguns resultados de uma investigação empírica que privilegia uma abordagem qualitativa, centrando-se em narrativas biográficas de professores dos três ciclos do ensino básico – a lecionar em oito agrupamentos de escolas dos distritos de Braga e Porto – que solicitaram a rescisão com o Estado (tendo ou não conseguido o intento), num universo nacional de 3.606 pedidos. O principal objetivo desta investigação incide em identificar o impacto que as políticas públicas têm no trabalho dos professores. As narrativas biográficas escritas dos professores mostram-nos, fundamentalmente, que o impacto das políticas é sentido de um modo desolador, com interferências no desempenho da profissão.

(26) Os dilemas das comunidades piscatórias entre tradição e sobrevivência do trabalho do mar

Licínio Tomás, Universidade dos Açores

Somos herdeiros de uma tradição marítima na qual o mar sempre ocupou um inegável espaço de identidade. No essencial, quer em termos de processos quer no atinente ao teor das relações de enquadramento socio-laboral, o trabalho nas pescas permanece ainda mal conhecido entre nós. O mesmo é válido para as comunidades humanas que vivem da pesca marítima, as quais, atravessadas por mudanças globais, procuram ativamente alternativas à faina do mar e aos rendimentos da atividade da pesca. Contudo, na encruzilhada da modernização dos métodos e das frotas, dos constrangimentos dos mercados globalizados e da indefinição política para o setor, as comunidades piscatórias procuram sobreviver entre dilemas que o dia-a-dia lhes coloca.

Levamos a cabo um levantamento estatístico sistemático, desde o censo de 1981 até ao de 2011, para enquadrar a problemática a nível nacional e regional. Não obstante a compilação dos dados de enquadramento, que denotam a fuga de efetivos e a clara tendência de envelhecimento do setor, procedeu-se à análise dos resultados de um estudo ancorado em meio piscatório na principal ilha do arquipélago dos Açores. O estudo teve por base 41 entrevistas focalizadas numa comunidade maioritariamente piscatória e um estudo por questionário aplicado em cerca de 20 comunidades em diferentes ilhas (n=243). O objetivo principal do trabalho de campo consistiu em localizarem-se os desafios que os trabalhadores do setor identificam e as estratégias que utilizam para lidar com as diferentes situações com que esta comunidade se debate, independentemente de serem efetivamente estas as reais razões que impelem quer ao abandono quer à permanência na atividade.

Assim, procuraremos na presente comunicação dar conta da forma como os homens do mar vivem os dilemas, paradoxos e contradições da sua situação de trabalho, a qual define a sua própria condição de vida e de relação com o mundo.

(32) O futuro no trabalho das Misericórdias: estratégias de ação coletiva, redes e tendências

José Saragoça, Joaquim Fialho e Carlos Silva, Universidade de Évora e CICS.Nova

Esta comunicação resulta de um diagnóstico social realizado às vinte e cinco misericórdias do distrito de Évora. A equipa de investigação partiu da metodologia de diagnóstico para identificar um conjunto de práticas e estratégias de intervenção que suportam a ação das misericórdias. No quadro desta descodificação, um dos focos foi a identificação das práticas e lógicas de organização do trabalho nestas

instituições, designadamente perfis de trabalhadores, lógicas de gestão de recursos humanos e estratégias de partilha desses recursos.

Fazer um diagnóstico social é conceber uma radiografia sobre o social, num determinado momento, e face a um contexto delimitado. Um diagnóstico é um processo apuradamente complexo de descrição do sentido da realidade sobre um problema social, uma dada situação de um grupo, comunidade, território, etc. Fazer um diagnóstico é desmontar a complexidade do social.

Seguindo esta lógica construímos um diagnóstico social assente em seis eixos caracterizadores da ação das misericórdias: caracterização institucional; respostas sociais existentes; problemas sociais a que responde; limitações e potencialidades da intervenção; dinâmica da rede das Misericórdias do distrito de Évora e diagnóstico social prospetivo.

Neste seminário são apresentados alguns resultados do trabalho realizado, enfatizando as questões da organização do trabalho nas misericórdias.

(46) Os assistentes sociais e o “novo” profissionalismo: a difusão do discurso no contexto hospitalar

Joana Vale Guerra, FPCE - Universidade de Coimbra e FCH/UCP, Lisboa

O novo figurino jurídico que introduziu o modelo de gestão empresarial nos hospitais públicos portugueses, a escassez de recursos financeiros, a pressão constante das populações por adequados cuidados de saúde têm conduzido a mudanças na rede de cuidados, acompanhada por uma exigente profissionalização das equipas de gestão ao que os Assistentes Sociais não ficaram alheios. Diariamente, os assistentes sociais são confrontados com a necessidade de mediar interesses e valores entre o Estado que regula e financia (maioritariamente), a gestão empresarial que busca a eficiência económica de uma área sensível como a saúde, o utente que procura as soluções sociais e a profissão que se reconfigura em função das dinâmicas sociais.

Neste contexto, pretendemos colocar em análise a compatibilidade entre o atual discurso sobre o profissionalismo institucional - orientado por políticas neoliberais, centrado nos objetivos de racionalidade económica e com novos ditames sobre a forma de organização do trabalho e os objetivos do grupo profissional dos assistentes sociais sobre a sua autonomia, conhecimento especializado, sentido de missão e visão para o futuro. Mais concretamente, a comunicação terá como objetivo tentar responder a duas questões cruciais: Como evoluíram as diretrizes de gestão e em que medida mudaram a perceção da importância do serviço social em contexto hospitalar? E se essa evolução tem contribuído para mudar o modo como os assistentes sociais atuam junto dos utentes do Serviço Nacional de Saúde?

11.30-13.00 - Tema 2. Mercados (Trans)nacionais de Emprego

Sala T15

Coordenação/Moderação: Maria Manuel Serrano (Universidade de Évora)

(24) O desemprego dos licenciados e dos diplomados de 1º ciclo superior na Madeira (2006-2014)

Ricardo Fabrício, Universidade da Madeira e SOCIUS

A crise financeira internacional de 2008 e a intervenção externa de 2011 em Portugal produziram impactos múltiplos e significativos. As transformações no mercado de emprego representam uma das consequências da crise financeira e da intervenção externa, sendo possível descortinar várias repercussões, em grupos sociais e em regiões geográficas concretas, como é o caso da situação de desemprego dos licenciados ou diplomados de 1º ciclo superior na Madeira (2006-2014). Esta comunicação reconstrói (e quantifica) o trajeto do desemprego dos licenciados e dos diplomados de 1º ciclo superior na Madeira, com base num esforço de recolha, sistematização e leitura dos dados oficiais mensais (da autoridade de emprego da Madeira), a partir do qual foi possível estabelecer uma perspetiva cronológica e crítica do fenómeno em apreço. A exploração do comportamento observado, distinto entre os para os vários níveis de escolaridade dos desempregados, permitiu inferir a existência de dinâmicas nem sempre convergentes, mas também alimentar a reflexão sobre o papel das políticas de emprego em (pequenos) mercados regionais de emprego, por vezes, altamente dependentes da oferta dos denominados “empregos públicos”, nomeadamente, para os diplomados em áreas disciplinares tradicionalmente ligadas à atuação empregadora do Estado.

(25) Perfis de transição para o mundo do trabalho e precariedade entre os jovens

Fernando Diogo, Ana Palos e Osvaldo Silva, CICS.NOVA e Universidade dos Açores

Nesta comunicação analisa-se a transição escola-trabalho dos jovens açorianos, salientando-se as marcas de precariedade no emprego e no acesso ao emprego. Num contexto de flexibilização das relações laborais, torna-se pertinente questionar os impactos deste fenómeno nos processos de inserção profissional dos jovens, algo que se tem vindo a configurar como um dos mais complexos problemas sociais nas sociedades atuais.

As investigações desenvolvidas na confluência entre a sociologia da juventude e do trabalho têm procurado perceber em que medida as transformações económicas e sociais influenciam os processos de integração social dos jovens, analisando, mais especificamente, as múltiplas repercussões da precariedade no processo de autonomização e de transição dos jovens da escola para o mundo do trabalho, situação particularmente problemática nos países do sul da Europa.

Assim, pretendemos nesta comunicação determinar perfis de saída da escola e de ingresso no mercado de trabalho, bem como o peso da precariedade no emprego expresso nos vínculos laborais destes jovens.

Os dados empíricos respeitam a um estudo enquadrado no Observatório da Juventude dos Açores e são estatisticamente representativos desta região autónoma, tendo sido tratados através da Análise em Componentes Principais Categórica (CatPCA) e outros métodos estatísticos.

Nesta região os jovens apresentam um baixo desempenho escolar bem como um elevado desemprego juvenil, constituindo o terreno ideal para se analisar o problema da precariedade no emprego na transição escola-trabalho. Pretende-se, pois, contribuir para um maior conhecimento da precariedade entre os jovens, uma questão que, apesar dos esforços, permanece pouco estudada em Portugal.

Os dados permitem concluir pela existência de 4 grupos com transições escola-trabalho vincadamente distintas. As questões da precariedade são centrais para os definir, associadas à escolaridade dos próprios e à sua idade. Em contraste, o sexo e a origem social não apresentam um peso importante na definição destes grupos.

(35) O neodesenvolvimentismo e a nova morfologia do trabalho: intuições acerca da precarização do trabalho no Brasil

Juliana Pereira, Universidade Federal de Campina Grande e Bolsista CAPES-PDSE, Universidade de Coimbra

No limiar dos anos 1990, o Brasil adotou o modelo neoliberal de desenvolvimento. As transformações ocorridas foram impulsionadas pelos países capitalistas desenvolvidos e trouxeram os paradigmas da nova divisão internacional do trabalho e a implementação das pautas do Consenso de Washington. O neoliberalismo se configurava como alternativa de enfrentamento ao esgotamento dos padrões fordista/taylorista de acumulação de capital. Contudo, após as crises da globalização neoliberal, entre a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, foram questionadas a eficiência do modelo vigente e elencadas formas alternativas. No Brasil, o paradigma alternativo ficou conhecido como o neodesenvolvimentismo, implementado no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008), com a perspectiva de articular o desenvolvimento capitalista com a adoção de políticas sociais e distribuição de renda (com vistas à redução da pobreza das periferias e o consequente aquecimento do mercado interno). Isso implicou novas dimensões de precarização do trabalho, na medida em que aponta para uma classe trabalhadora, que ascende ao mercado formal de trabalho, com acesso aos bens de consumo, porém, aprofundou outra face desta classe, a informal, precarizada, terceirizada e flexível, alicerçada no subemprego ou novas formas de empregabilidade. Em grande medida, o binômio equalizador entre superação da desigualdade social e desenvolvimento da acumulação capitalista, reflete dimensões da nova morfologia do trabalho, que apresenta não o fim do trabalho, mas a perspectiva de novas modalidades de trabalho, necessárias ao capital frente à crise estrutural, aglutinando trabalhadores com dimensões diversificadas e transversais de gênero, raça, faixa etária, qualificação, entre outros, refletindo o mundo do trabalho na contemporaneidade. Este artigo objetiva apresentar intuições preliminares sobre os reflexos do neodesenvolvimentismo para a acentuação da precarização do trabalho no Brasil e sua relevância na égide da acumulação capitalista, articulando em si contradições entre o desenvolvimento social e hegemonia da ordem burguesa.

13.00 – Almoço

14.30 – 16.15 – Sessões paralelas (3 Salas)

Apresentação de comunicações (cont.)

(29) O Estudo das Práticas de Responsabilidade Social das Forças Policiais no Brasil e em Portugal

Ivone Costa, Universidade Federal da Bahia-Brasil; Manuel Valente, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Mónica Freitas, FCSH-Universidade Nova de Lisboa;

De um modo geral, o tema da responsabilidade social nas forças policiais ainda se encontra subexplorado do ponto de vista científico e político- prático.

São raros, para não dizer escassos, os estudos que tentaram compreender como os valores éticos e os instrumentos de gestão da responsabilidade social foram apreendidos e implementados pelas forças policiais.

Segundo a literatura consultada, a responsabilidade social das policiais compreende a incorporação dos princípios de orientação ética e dos instrumentos de suporte à gestão nas decisões tático-operacionais e estratégico- gestonárias efectuadas.

Propomos neste artigo discutir como os valores e as práticas de responsabilidade social foram incorporados nas forças policiais do Brasil e de Portugal, a partir da análise documental dos marcos normativos, e da análise temática e estrutural dos princípios éticos da responsabilidade social invocados pelos atores nas entrevistas.

Ao nosso ver, é importante se discutir a questão da responsabilidade social no contexto da transformação do modelo capitalista de estado providência e da translação dos modelos e das práticas típicas da gestão privada para as organizações do sector público, entre as quais a responsabilidade social.

Este estudo é original na medida em que nenhum outro buscou compreender que ajustes as forças policiais do Brasil e de Portugal vêm realizando no sentido de atender as exigências sociais.

Além disto, pretende disponibilizar novas ideias de projectos a desenvolver neste sector que envolvem os modelos e as técnicas de análise das Ciências Sociais.

(30) Inovação social: um estudo bibliométrico

Maria João Santos e Anderson Pacheco, ISEG-Universidade de Lisboa

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma análise bibliométrica dos estudos realizados sobre o tema da inovação social em organizações da economia social. Definiu-se como plataforma de busca o Scopus, por incluir mais artigos sobre o tema, quando comparado com a Web of Science ou com o Google Académico. A pesquisa exploratória teve como base uma amostra de 672 artigos sobre inovação social. Como principais resultados verificou-se que existe um aumento contínuo das publicações sobre o tema, nomeadamente a partir de 2003, atingindo o seu auge em 2014, sendo que os autores que mais publicam são Canadenses, Ingleses e Belgas. Constatou-se que apesar do esforço de delimitação do tema inovação social, este possui uma abrangência muito ampla, sendo por isso utilizado nos mais diversos campos do conhecimento. Salienta-se em particular as áreas de design e os estudos de criatividade, de desenvolvimento territorial e governança, de administração e economia, psicologia e educação. De entre os trabalhos mais citados estão as pesquisas relacionados com a definição do conceito de inovação social, com a análise do empreendedorismo social e com os estudos sobre a teoria da inovação. É também relevante a presença de estudos de casos. Por último, é igualmente importante salientar que a partir da análise de citações, foi possível identificar uma matriz com cinco *clusters*, sendo que alguns artigos assumem uma posição central para o campo da inovação social, como é o caso de estudo de Mumford (2002), um dos trabalhos mais citados em todas as áreas, ou o de Moulaert (2005) que se tornou referência nuclear nos estudos do desenvolvimento territorial. Esta pesquisa bibliométrica constitui o ponto de partida para um aprofundamento da análise dos estudos existentes sobre economia social e inovação social.

(33) Empreendedoras do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano/Brasil: um estudo sobre a implementação do Programa Empreendedor Individual e o trabalho faccionado das mulheres

Juliana Pereira, Universidade Federal de Campina Grande e Bolsista CAPES-PDSE, Universidade de Coimbra

As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do esgotamento do padrão fordista/taylorista e dos processos articulados a fim de garantir o novo padrão de acumulação capitalista são conhecidas e debatidas em todo o mundo. Entre estas, destaca-se o fenómeno do desemprego estrutural, o crescimento da informalidade e, sobretudo, a precarização do trabalho. Destarte, o Estado brasileiro vem tentando regulamentar estas atividades ditas informais e precarizadas, alegando entre outros, a busca pela regularização do recolhimento de impostos, a garantia da contratação de empregados com carteira

assinada e o acesso ao crédito. Neste sentido, em 2009 foi instituído o Programa Empreendedor Individual (PEI) através da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, tendo por objetivo, segundo seus gestores, formalizar aqueles que se encontram em pleno desenvolvimento de atividade no mercado informal, garantindo assim acesso a benefícios previdenciários e segurança no processo de comercialização dos produtos oferecidos. Desde a constituição do PEI até março de 2015, foram registrados no Brasil, cerca de 4.876.141 Empreendedores Individuais - EI. Destes 54% são do sexo masculino e 46% do sexo feminino. O estado de Pernambuco, que passou a promover as formalizações através do PEI em 2010, ocupa 8ª posição nacional, com 159.942 formalizações. O presente artigo visa apresentar reflexões preliminares acerca da implementação do Programa Empreendedor Individual e seus impactos na qualidade de trabalho e de vida das mulheres que produzem em fábricas e suas interferências nas desigualdades das relações de gênero, a partir da análise da divisão sexual do trabalho, no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Em tempo, a metodologia utilizada para este estudo tem por base a pesquisa de cunho bibliográfica e documental.

(37) Desigualdades sociais e saúde. O impacto da crise económica nos sistemas de saúde da Europa do sul

Mauro Serapioni, CES-Universidade de Coimbra

Apesar do aumento geral do nível de vida durante o século XX e da introdução de sistemas de saúde universais, muitos estudos têm evidenciado a persistência de desigualdades em todos os países industrializados. Nos países do Sul da Europa, apesar de as reformas das décadas de 1970 e 1980 terem introduzido serviços nacionais de saúde universais e apesar da preocupação em reduzir os desequilíbrios geográficos e sociais entre as diferentes regiões do país, o tema da equidade tornou-se uma prioridade apenas desde o final da década de 1990. Nesse sentido, é importante realçar os potenciais de iniquidade induzidos pelos mesmos sistemas de saúde através dos processos de reforma ao nível nacional e regional, tanto antes como durante a atual crise financeira. Nesta perspetiva, sobressaem os novos arranjos institucionais introduzidos nos sistemas de saúde e as novas relações entre o setor público e o setor privado na provisão dos serviços. Outro exemplo de indução de desigualdades por parte dos sistemas de saúde consiste no aumento da participação dos utentes nas despesas de saúde através de formas de copagamento e taxas moderadoras. Trata-se de uma *praxis* já consolidada em todos os países do Sul da Europa que introduz entraves financeiros no acesso e que contribuem para acentuar as desigualdades no sistema público de saúde. Outro aspeto a salientar é o progressivo aumento da percentagem de despesas privadas em saúde face ao total de despesas em todos os países examinados, apesar do reconhecimento do direito à saúde e ao acesso universal e gratuito para todos os cidadãos.

Neste trabalho, após uma breve contextualização dos sistemas de saúde de Grécia, Espanha, Itália e Portugal, serão descritas as principais desigualdades de saúde que afetam estes sistemas e o papel desempenhado pelo sistema de saúde na produção dessas desigualdades.

(47) Organizações de cotrabalho e organizações de incubação: (dis)semelhanças entre dois contextos de trabalho em expansão

Gonçalo Barbosa, Universidade do Porto

Este trabalho de investigação propôs-se a realizar uma revisão do estado da arte da literatura produzida acerca de dois esquemas organizativos que apresentaram uma rápida expansão no início do século XXI: as organizações de cotrabalho e as organizações de incubação. Em particular, os objetivos deste exercício consistiram em (a) examinar o contexto socioeconómico que proporcionou o surgimento destes modelos, (b) comparar as tendências de evolução espacial e temporal destes ambientes de trabalho e (c) estudar quais os pressupostos que compõem o *modus operandi* destes dois conceitos.

À luz deste trabalho de pesquisa, foi possível observar que ambos surgiram nos Estados Unidos da América, mas só obtiveram expressividade e visibilidade na sociedade ocidental a partir de 2007, altura em que iniciaram um processo de crescimento exponencial.

Foi igualmente possível identificar diferenças nos tipos-ideias destes dois modelos de trabalho. Por um lado, as organizações de cotrabalho correspondem a espaços que acolhem por períodos variáveis de tempo empresas de diferentes tipos e dimensões, oferecendo uma estrutura e equipa de gestão de dimensão reduzida e focalizada no *networking*. Por outro lado, as organizações de incubação focam-se no desenvolvimento de jovens empresas empreendedoras, por via do estabelecimento de um vínculo contratual de longa duração, que permita o acesso a uma gama diversificada de serviços e redes de apoio.

Duas principais conclusões foram obtidas através deste estudo comparativo. Em primeiro lugar, a rápida expansão destes dois modelos organizativos é associada à crise financeira de 2007/2008, que permitiu o crescimento de formatos atípicos e alternativos de trabalho, que enfatizem o empreendedorismo e inovação como veículos de desenvolvimento económico local. Em segundo lugar, as organizações de cotrabalho surgem associadas ao desenvolvimento do capital social e cultural, enquanto as organizações de incubação apresentam a par disso um investimento no capital económico.

Sala 0.09

Coordenação/Moderação: João Carvalho (CICS.NOVA/ISMAI-Instituto Universitário da Maia)

(9) Profissionalização dos professores em Portugal: sindicatos e associações profissionais

Joana Campos, ESE-Instituto Politécnico de Lisboa e CIES-Instituto Universitário de Lisboa

A educação das populações é política, económica e socialmente central na configuração das sociedades contemporâneas. A construção dos sistemas educativos e a sua monitorização traduziu-se num aumento da visibilidade e exigência face ao desempenho profissional dos professores (Lantheaume, 2006; Schleicher, 2012); coexistindo com uma crescente pressão sobre os professores (Stoleroff & Pereira, 2008). Em Portugal, o processo de profissionalização dos professores tem-se pautado pela estatização do grupo profissional (Sarmiento, 1994; Nóvoa, 1995) e marcado por especificidades que se prendem com o processo de construção do sistema educativo (Campos, 2014). Neste âmbito, mais recentemente distinguem-se os movimentos dos professores em torno das revisões do Estatuto da Carreira Docente (2007) e do Modelo de Gestão e Direção das Escolas (2008) (Stoleroff & Santos, 2014; Resende, Gouveia & Beirante, 2014).

O conhecimento sobre o grupo profissional dos professores é necessário para fundamentar o posicionamento e a decisão política e científica, quer do grupo profissional, quer das instituições, face aos desafios e constrangimentos que se colocam atualmente à educação. Com a presente proposta pretende-se contribuir para a análise deste grupo profissional, no quadro do seu processo de profissionalização, em particular no que aos processos de afirmação e distinção do grupo profissional diz particular respeito, a par dos mecanismos de diferenciação e homogeneização internas, centrando-se analiticamente no associativismo docente. Metodologicamente a recolha de informação desenvolvida aproxima-se da “navegação à vista” (Rego e outros, 2013), identificando os *websites* dos sindicatos e associações profissionais de professores. A análise comparativa revelou um reduzido número de associações profissionais, contudo com significativa diferenciação entre si, sobretudo de natureza disciplinar. Inversamente, é marcante a relevância que os sindicatos assumem no grupo profissional, com uma implementação territorial ampla e longevidade na representação dos professores, constituindo-se como um dos principais interlocutores nos processos de negociação laboral, sobretudo, junto da tutela e comunicação social.

(18) A regulação do tempo de trabalho na administração pública no contexto da crise e da intervenção da Troika: entre negociação coletiva e unilateralismo estatal

Paulo Marques Alves, DINÂMIA'CET-IUL e ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Helena Pina, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Questão central das relações laborais, o tempo de trabalho constitui um *enjeu* conflitual, com os sindicatos a visarem a sua redução e o patronato a enfatizar a necessidade da sua flexibilização no quadro da flexibilização da relação salarial.

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma profunda reorganização do tempo de trabalho, que vem sendo regulado segundo vários modelos que articulam negociação coletiva, intervenção estatal e processos de concertação social.

Na administração pública portuguesa as relações laborais modificaram-se profundamente. Primeiro, sob o impulso do *New Public Management*, posteriormente no contexto da crise iniciada em 2008 e da intervenção da Troika.

Neste sector, as condições de trabalho foram tradicionalmente definidas por via legislativa, em consonância com os vínculos contratuais existentes. Com a aproximação do regime laboral ao do sector privado, o direito à contratação coletiva foi outorgado pela Lei n.º 23/2004 de 22-06, mas somente aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas. Contudo, quer este diploma quer a Lei n.º 59/2008 de 11-09 (RCTFP) impuseram algumas especificidades, em particular restringindo as matérias objeto de negociação.

O objetivo desta comunicação é evidenciar as principais tendências de regulação do tempo de trabalho que emergem da negociação coletiva neste sector. Ela baseia-se numa análise documental das 255 convenções coletivas negociais publicadas no DR entre 2009 e Agosto de 2015, bem como de outros documentos.

Serão referidas algumas conclusões relevantes no atinente aos padrões de regulação existentes. Não deixará de ser evidenciada igualmente a política unilateral seguida pelo governo desde 2013. Depois de impor as 40 horas de trabalho semanais, o atual executivo recusou-se a homologar algumas centenas de convenções livremente negociadas prevendo a manutenção das 35 horas. Recentemente, admitiu a sua possibilidade em troca da aceitação pelos sindicatos da adaptabilidade do tempo de trabalho. Nos últimos meses foram assinadas onze convenções neste contexto.

(36) A aliança entre sindicatos e movimentos sociais como estratégia de revitalização sindical;
Bia Carneiro, CES-FE-Universidade de Coimbra

Transformações no mundo do trabalho decorrentes do fim do fordismo e com a instauração da globalização neoliberal – cujo estímulo ao individualismo enfraqueceu a ação coletiva e afetou negativamente a tradição de luta do movimento operário – transformaram o papel dos sindicatos, que estão a passar por uma crise de identidade e legitimidade. Apesar dos seus aspectos corporativos e instrumentais, o sindicalismo pode almejar uma atuação mais alinhada ao conceito de Novo Movimento Social defendido por Alain Touraine, ao representar uma comunidade mobilizada por um sentimento de pertença, que luta contra um adversário comum, com base em objetivos sociais amplos e apoiada por um projeto cultural alternativo.

A comunicação proposta parte desta concepção para discutir a crise do sindicalismo e defende a criação de alianças com outros movimentos sociais como uma estratégia essencial para sua revitalização. Inicia com um enquadramento da teoria dos novos movimentos sociais, cujas características diferenciadoras dos movimentos tradicionais, dentre os quais o sindicalismo normalmente é encaixado, apresentam elementos necessários para a análise do sindicalismo como movimento social. Em seguida aprofunda sobre as recentes mudanças no mundo do trabalho, as suas consequências para o movimento operário, e as principais abordagens de resistência a um suposto declínio. Finalmente, ilustra a estratégia de articulação entre movimentos sociais com um estudo de caso proveniente do Brasil que demonstra a ação conjunta de um sindicato tradicional, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com um “novo” movimento social, o Movimento Passe Livre – coletivo que desencadeou as manifestações conhecidas como as “Jornadas de Junho” de 2013. A trajetória conjunta das duas entidades centradas no transporte público – que lutam pela redução das tarifas para os usuários e por melhores condições de trabalho para os funcionários – mostra que ambos têm a ganhar quando percebem a sinergia existente entre as suas reivindicações.

(41) Os sindicatos no Brasil, a sindicalização e a concertação coletiva
Arnaldo Nogueira, USP e CES-Universidade de Coimbra

O objetivo do artigo é apresentar um retrato dos sindicatos e da sindicalização no Brasil em diferentes conjunturas do século XXI indicando as demandas e os desafios atuais da concertação coletiva no ambiente político e econômico determinado pelo contexto nacional e global. Nos anos 2000, após a eleição de Lula para a presidência esboça-se uma recuperação econômica favorecida pelo contexto da economia global com períodos de crescimento que provocam a recuperação do emprego e da renda, rendendo bons resultados sociais. Isto explica em alguma medida reeleição de Lula e o fortalecimento das instituições democráticas; a retomada da ação sindical vista pelas negociações coletivas favoráveis, pelas resistências a situações de crise, greves e criação de novas centrais sindicais; as políticas sociais assistencialistas como o bolsa-família, com forte impacto social, são ampliadas; as novas tecnologias continuam avançando determinadas pela expansão do capitalismo informacional que provoca a utilização sem medidas das redes sociais. Uma nova conjuntura é aberta com a crise financeira global 2008/2009 e a instalação do governo Dilma. As redes sociais se amplificam e explicam em parte as grandes manifestações sociais e da juventude do ano de 2013. Há uma evidente luta por melhor distribuição de renda, salários e benefícios sociais e públicos. Os sindicatos representados pelas centrais sindicais tentam recuperar o tempo perdido e encaminhar reivindicações importantes para a classe trabalhadora, voltadas para o Estado e suas políticas sociais.

(49) O grande jogo: a sociedade do conflito, diálogo e concertação social
Saulo Aristides, CES-FE-Universidade de Coimbra

No conjunto das reflexões da sociologia do trabalho, os cenários de perturbações sistêmicas se apresentam como um importante motor de análise. O capitalismo traz consigo algumas características que são ponto de análise de muitos estudos no âmbito das desigualdades sociais, uma delas se preocupa em compreender os desequilíbrios constantes no Estado-social e as suas respectivas reações à procura de concertação (por exemplo, as políticas de discriminação positivas), para dar resposta a sociedade. A perspectiva de análise deste trabalho pressupõe compreender as lógicas de negociação e de coesão social que se encontram na base da determinação do salário mínimo e das políticas recentes de sua valorização no Brasil e em Portugal. O estudo aconteceu em uma fase de transformação social vivenciada pelos dois países, em momentos contrastantes nas orientações políticas de seus respectivos governos e pode dizer muito sobre a questão social e as possibilidades em termos de conquistas socioeconômicas, por parte dos trabalhadores em cada contexto, tanto no enquadramento do desmantelamento do Estado-social português (provocado pela crise político econômica), quanto na expansão das políticas sociais que estão associadas ao fortalecimento de um Estado-social brasileiro. Pretendeu-se centrar a atenção nos contextos e procedimentos de negociação coletiva que acontecem nos espaços tripartites onde os atores institucionais (representantes de governo, sindicatos e empregadores) negociaram as políticas de elevação do salário mínimo. Por isso, este trabalho não priorizou a análise de políticas macroeconômicas, nem deu ênfase aos aspectos econômicos, mas reservou relevância metodológica aos efeitos de natureza sociológica, na pesquisa qualitativa e quantitativa, através do estudo comparativo com foco

institucional, nas formas de organização e ação sindical, além das medidas de valorização do salário mínimo que exercem influência nas negociações salariais das categorias de trabalhadores organizados nos dois países.

14.30 – 16.15 - **Tema 2: Mercados (Trans)nacionais de Emprego**

Sala 1.10

Coordenação/Moderação: Fátima Assunção (ISCSP-Universidade de Lisboa)

(7) Itinerários imprevisíveis e desiguais. Uma proposta de tipologia de formas de acesso ao mercado de trabalho

Ana Paula Marques, CICS-Pólo da Universidade do Minho

O prolongamento dos estudos adia a emancipação (económica, familiar e residencial) dos jovens e a dilatação do tempo de experimentação associada a formas precárias de emprego altera as perceções e representações profissionais e identitárias. Esta reestruturação dos referentes convencionais familiares, formativos e profissionais, enquadra-se num movimento mais generalizado de “dessocialização”, “flexibilização”, “individualização” e “desarticulação” das relações sociais. A incerteza e o risco, associados às novas relações de trabalho, caracterizam, por conseguinte, toda uma geração dos mais jovens (sem e com elevadas qualificações), que se confrontam com mercados de trabalho segmentados, fragmentados e cada vez mais desiguais, em que o acesso e a manutenção num emprego/ profissão se apresentam como o seu maior desafio e projeto de vida. Nesta comunicação, pretende-se contribuir para uma discussão sobre as hipóteses de transformações dos perfis de empregabilidade e profissionalização de jovens diplomados do ensino superior em confronto com o mercado de trabalho. A sua inscrição em itinerários imprevisíveis de inserção profissional (re)configura, em simultâneo e diferentemente, padrões de empregabilidade e segmentos de profissionalização que importa analisar. Por sua vez, assume-se uma visão multidimensional dos “mercados” de trabalho assente não só em escalas diversas (internacional, nacional, regional/ local), como, sobretudo, em desigualdades socioprofissionais decorrentes de posições, estatutos e projeções de carreira distintas em função dos diplomados. A partir dos principais resultados obtidos numa investigação centrada nos diplomados do Ensino Superior (“Preparados para trabalhar?”), tendo combinado uma metodologia mista com aplicação de um questionário online a diplomados e empregadores e a realização de focus groups, apresenta-se uma proposta de sistematização das principais formas sociais de acesso ao emprego/ profissão, assumindo na sua concetualização dois eixos analíticos: 1) regulação social e fixação de jurisdições; e 2) mobilidade organizacional e profissional. Trata-se de um ensaio tipológico que sinaliza quatro “tipos-ideais” de mercados de trabalho relevantes junto dos diplomados do ensino superior: mercados profissionais, mercados internos, mercados transicionais e mercados periféricos (sentido neoclássico).

(12) A crise econômica no Brasil (2014-2015): o impacto do projeto das terceirizações no mercado de trabalho

Dmitri Felix Nascimento, ICS-Universidade de Lisboa

Após os resultados dos índices económicos do Brasil em 2014 ficou evidenciado entre outros dados o baixo crescimento do PIB (0,2%), a diminuição dos preços das commodities (petróleo, minério de ferro, soja, açúcar e outras) no mercado externo, e a insuficiente arrecadação de impostos. Os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) do Estado brasileiro impulsionaram a adoção de um conjunto de projetos de leis e medidas provisórias que tem como objetivo flexibilizar as leis trabalhistas inseridas na Consolidação das Leis do Trabalho. Se por um lado as taxas de desemprego em 2014 (4,8%) fossem consideradas a menor taxa histórica desde 2003, uma das justificativas do Governo para a adoção do Ajuste Fiscal de 2015 estaria nos altos custos que o seguro desemprego e as aposentadorias acarretam no orçamento, partindo daí a elaboração das Medidas Provisórias 664 e 665. As entidades empresariais e industriais como a Confederação Nacional das Indústrias, e as mais influentes Federações Industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, com a justificativa que nos últimos anos (2003-2014) houve aumento do salário mínimo e despesas com encargos trabalhistas se articularam com entidades bancárias, a Federação Brasileira de Bancos e com partidos de centro-direita que são maioria no Legislativo, para a aprovação da lei das terceirizações, a PL 4330. Mesmo sendo projetos de leis que estão em curso, objetivamos neste trabalho evidenciar os possíveis impactos que estas medidas trarão; nas dimensões dos direitos conquistados pelos trabalhadores privados e públicos, no acesso aos recursos públicos de seguridade, na flexibilização do trabalho, no aumento da informalidade, na insegurança jurídica, e no impacto sobre a juventude. Analisaremos o “silêncio” que a Organização Internacional do Trabalho vem adotado após as repercussões destas medidas.

(16) Reflexões sobre a flexibilidade e a precariedade do trabalho;
Domingos Braga, Universidade de Évora

O trabalho precário é uma das problemáticas mais marcantes dos dias de hoje, em especial quando se fala das consequências mais críticas associadas à reorganização produtiva das empresas e à intensificação da concorrência à escala global. Num contexto muito marcado pelas mudanças nas políticas de proteção social associada ao emprego (desmantelamento do Estado-social), pela ótica neoliberal de desenvolvimento da riqueza e pela necessidade de um modelo de acumulação mais flexível, a emergência de um modelo económico assente na concorrência à escala global teve reflexos algo contraditórios nas abordagens teóricas sobre as suas consequências no mundo do trabalho. Numa primeira perspetiva, as teorias mais otimistas ou que alegam ser este um fenómeno decorrente das inevitáveis transformações tecnológicas dos processos produtivos, como as que defendem o fim da sociedade centrada no trabalho (Méda, 1995; Beck, 2000; Giddens, 2000). Por outro lado, encontramos outras leituras mais focadas na dimensão mais pessoal e particular da ação, que alegam uma tendência para a individualização das relações de trabalho (Handy, 1984), com a substituição do trabalhador assalariado pelo trabalhador empreendedor (flexível, autónomo e independente). Numa perspetiva substancialmente diferente, as teorias mais críticas (Antunes, 2013; Castillo, 2005; Kovács, 2005; 2014; Castells, 2002; Sennett, 2007; Bourdieu, 1998) assinalam este fenómeno da precariedade como um notório retrocesso social associado à flexibilização do mercado de trabalho, com a tendência para a fragilização das relações de poder entre trabalho e o capital e o acentuar das suas formas de segmentação e diferenciação.

Com base num quadro teórico diferenciado e algo contraditório e em dados e estatísticas retirados de investigações sobre esta temática, pretendemos problematizar a situação portuguesa no sentido de analisar e perspetivar se estamos perante uma fatalidade económica que marca uma tendência geral das sociedades ocidentais, ao tornar o fenómeno de precariedade uma consequência de um modelo de especialização flexível do emprego, ou se a precariedade resulta de um modelo de dominação baseado em opções políticas e estratégicas de flexibilização, mantendo um estado alargado e permanente de insegurança e medo (Bourdieu, 1998; Standing, 2014).

(45) Mudanças da estrutura do emprego no contexto da crise: igualização ou polarização?
M^a Conceição Cerdeira, ISCSP-Universidade de Lisboa

Portugal parece emergir da recessão prolongada iniciada com a crise financeira de 2008 e que foi aprofundada com as medidas de austeridade impostas internacionalmente (troika), no âmbito do programa de apoio financeiro concedido ao país. O emprego agregado tem vindo a conhecer uma ligeira subida no último ano e meio e a taxa de desemprego que atingiu acima de 16% em 2013 parece vir a conhecer alguma retração no mesmo período. Todavia, o emprego está longe de atingir os valores existentes antes do início da crise e alguns estudos indicam que a retoma do emprego está a aprofundar a tendência de polarização que emergiu no pico da crise, com a desapareção dos empregos de nível intermédio em termos de qualificação e salários e o crescimento do nível dos empregos de baixos salários. Assim, num primeiro momento da comunicação, apresentam-se as principais mudanças ao nível da estrutura do emprego levando em conta variáveis como o estatuto e os níveis salariais. Num segundo momento analisa-se as condições de reingresso ao emprego de desempregados no contexto da crise. Com efeito, muitos dos que contribuem para o acréscimo ficaram desempregados no contexto da crise. A questão que se levanta é se esses trabalhadores beneficiam de condições de trabalho similares ou engrossam o número dos que são afetados por baixos salários? A análise é de natureza quantitativa e apoia-se nos dados estatísticos oficiais.

(48) Trabalho, Poder e Precariedade: Uma abordagem às dinâmicas das relações de trabalho e emprego
Alfredo Campos, CES e III-Universidade de Coimbra

Tem-se por objectivo apresentar o enquadramento teórico da investigação de doutoramento do autor, em curso, dedicada ao estudo dos factores que propiciam ou reduzem a precariedade no trabalho e emprego. Apresenta-se uma abordagem inovadora, multidisciplinar, articulando a sociologia do trabalho, das profissões e a economia política.

Se até aos anos 70 imperou o modelo fordista, de estabilidade no emprego, no qual o Estado regulava as relações de trabalho e a economia, a partir daquela década este modelo entrou em declínio, precedido uma década antes por conflitos laborais, complementados com a crise económica e petrolífera de 70. Estes acontecimentos deram lugar nos anos 80 a combinações de novos modelos produtivos.

Foram-se verificando duas vias gerais nos modelos produtivos: à valorização do trabalho qualificado correspondeu uma precarização do desqualificado, segmentando-se o emprego em função da qualificação. No entanto, esta segmentação em função da qualificação é questionada pela crescente precarização. A precariedade que atinge atualmente os/as trabalhadores/as mais desqualificados/as, alastra-se às funções mais qualificadas, constituindo-se como um ponto de viragem.

Mediante o estudo de seis profissões/ocupações, propõe-se a identificação de combinações de precariedade e estabilidade laboral, operacionalizadas em factores como a coesão/estratificação interna,

área/sector e organização profissional/sindical, estudando diferentes formas de precariedade e os factores que mais ou menos capacitam para resistir a esta mudança paradigmática.

Considera-se que no quadro de dado regime de acumulação, a tendência para a precarização resulte da articulação de diversos factores, tomando como eixo central o poder – a correlação de forças entre capital e trabalho – em torno do Estado, os primeiros em busca de uma menor regulamentação e os segundos em busca de uma regulamentação mais protectora.

Numa abordagem multidisciplinar e integrada destes vários factores, esta comunicação – eminentemente teórica – pode proporcionar um debate útil a todos/as os/as interessados/as nas formas de precariedade nos dias de hoje e formas de vulnerabilidade e resistência.

16.15 – Pausa para café

16.30 – 18.00 – Sessão única (1 Sala)

Apresentação de comunicações (cont.)

16.30 – 18.00 Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho

Sala 0.09

Coordenação/Moderação: M^a Natália Alves (IE-Universidade de Lisboa)

(3) O Trabalho Dos Formadores Da Educação Básica De Adultos À Prova Da Incerteza: Entre os constrangimentos sociais e a produção de si

João Martins, Universidade do Algarve

O trabalho dos formadores de adultos está hoje marcado pela subida de múltiplas incertezas. Num contexto de políticas de austeridade fortemente recessivas que produzem efeitos fortes no encolhimento das políticas públicas de educação em Portugal é da maior relevância científica a compreensão de como vivem e sentem estes “profissionais” a realidade quotidiana do seu trabalho formativo. Pretende-se com esta comunicação partir dos resultados de uma investigação empírica desenvolvida no cenário da sociedade portuguesa para produzir uma reflexão sociológica que possa contribuir para um aumento de lucidez sobre as provações do trabalho dos formadores de adultos num contexto estrutural marcado por fortes mutações sociais. O estudo que aqui mobilizamos desenvolveu-se numa lógica de investigação qualitativa e pretende conhecer em profundidade o modo como estes actores se apropriam e implementam as políticas. O material empírico recolhido foi sujeito a uma análise estrutural de conteúdo. Como principais resultados podemos constatar que a produção das subjectividades no trabalho dos formadores de adultos está marcada pela provação face a quatro grandes tipos de incertezas. A incerteza do trabalho com e sobre o outro. A incerteza da produção de si e da sua identidade profissional. A incerteza face à existência de projectos futuros e à continuidade das próprias organizações de trabalho que muitas vezes têm a tarefa de fazer existir e a incerteza ligada ao historial de descontinuidades das políticas de educação e formação de adultos em Portugal que podem comprometer seriamente a sua existência profissional. Os resultados permitem-nos dizer ainda que as provações dos formadores para além de estarem associadas a fortes dificuldades na produção do seu trabalho que têm constantemente que enfrentar estão também associadas a factores de gratificação social que remetem para a valorização de si como profissionais e para a percepção de valorização da vida dos outros significativos sobre os quais trabalham.

(13) Ensino Médio e Educação Profissional Integrada para Jovens e Adultos: impasses entre a retórica e a prática

Jessika Matos Barros e Natália Alves, Universidade de Lisboa

Este artigo resulta de uma análise que integra uma pesquisa de doutoramento em curso na Universidade de Lisboa, na linha de Formação de Adultos, cujo objetivo é conhecer como se desenvolve as trajetórias escolares e profissionais de um grupo de jovens e adultos diplomados pelo PROEJA e que sentidos estes alunos atribuem à experiência de uma formação profissional integrada ao ensino médio. O PROEJA, é um programa do governo federal criado em 2005 e consolidado a partir do decreto n.º 5840/2006 com objetivo de elevação da escolaridade e preparação para mundo do trabalho, adotando para estes fins, um currículo integrado e o trabalho como princípio educativo. Adotou-se uma abordagem qualitativa com coleta de dados segundo a perspectiva etnossociológica de Bertaux (2013) que privilegia a biografia e a narrativa de vida na recolha da informação, bem como as percepções e representações que os indivíduos fazem de suas trajetórias de vida. Os dados, recolhidos junto a grupo de trinta e oito diplomados em PROEJA no Estado de Mato Grosso, Brasil, revelam-nos quanto ao grupo doméstico, pertença à famílias

de origem rural, baixa renda e pouca escolaridade. São na maioria casados; do sexo feminino e uma média de 40 anos. As trajetórias escolares se iniciam, na maioria, no meio rural seguido de vários momentos de interrupção por necessidade de trabalho. O retorno à escola ocorre em média após 20 anos, em busca do diploma do ensino secundário e de uma formação profissional, tidos como fundamentais para a concretização dos projetos de mobilidade social ascendentes. Tratando-se de uma população que na sua maioria exerce uma atividade renumerada, a conciliação entre trabalho, família e escola foi o principal desafio durante a realização do curso. A investigação realizada revela a tensão entre a retórica discursiva que legitima o PROEJA e os efeitos desta formação sobre as biografias dos diplomados, os quais vêm goradas as suas expectativas de mobilidade socioprofissional.

(15) Programa de preparação para a reforma: um relato da experiência de organizações angolanas

João Manuel Saveia, CIEPOT-Centro de Estudos e Pesquisas, Angola

Vista como um momento de transição, a reforma pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento pessoal, quando são possíveis as descobertas de potencialidades e fontes de prazer ou pode constituir um ciclo de desequilíbrios e infortúnios, principalmente quando não é planeada por quem passará para esta nova fase da vida. Em decorrência da falta de projetos a serem construídos e consolidados na fase de reforma, muitos trabalhadores tornam-se angustiados, solitários e dominados por um “vazio existencial”. É com o objetivo de suprir esta lacuna que surge o Programa de Preparação para a Reforma. Parte-se do pressuposto que as pessoas precisam de ser preparadas para este novo momento de suas vidas. Em Angola os Programas de Preparação para a Reforma, dentro de uma perspectiva longitudinal, começaram a ser implementados em 2011. Este artigo tem como objetivo abordar a recente experiência de organizações angolanas na implementação de tais programas, mais especificamente as experiências das empresas Caminho de Ferro de Moçâmedes, Televisão Pública de Angola e Rádio Nacional de Angola e do Ministério da Administração do Território. Os programas foram conduzidos de acordo com os postulados construcionistas sociais, por entender-se que a realidade na qual encontram-se inseridos os trabalhadores em fase de pré-reforma resulta do processo histórico das suas interações sociais. Foram formados 350 trabalhadores e, de modo geral, o programa promoveu mudança de atitude, com a identificação de novas possibilidades de ação, que não se esgotam com o fim da carreira.

(23) Narrativas cibertarizadas de resistência e submissão no trabalho informatizado. O caso dos contact centres Portugueses

Isabel Roque, FE-Universidade de Coimbra-CES

Num contexto de regressão do *Welfare State*, visível na privatização e externalização do setor dos serviços, assiste-se a importantes processos de ressimbolização e hibridização de formas de organização do trabalho e das profissões. A partir do século XXI, o trabalho virtual, sobretudo em *contact centres*, tem crescido exponencialmente devido ao avanço tecnológico global mas também como consequência da precariedade laboral com o aumento da mão-de-obra desempregada. O presente estudo pretende analisar o percurso de vida dos atuais e ex-trabalhadores/as de *call* e *contact centre*, tendo em conta a mobilidade de classe social familiar, o percurso académico e/ou escolar, o grau de envolvimento social, político e cívico. Desta forma, pretende-se averiguar o motivo pelo qual determinados/as trabalhadores/as permanecem submetidos a lógicas de resignação ou consentimento fomentados por sentimentos de medo, enquanto que outros/as apostam na formação contínua, na emigração ou na procura impermanente pelo “emprego ideal”. Verificou-se que este infoproletariado ou cibertariado permanece na precariedade intermitente, entre empregos a termo-certo ou entre sucessivas renovações contratuais com empresas de trabalho temporário. Trata-se de biografias caracterizadas por flexibilidade laboral, flexibilidade salarial, flexibilidade qualificacional e, sobretudo, flexibilidade emocional. Esta impermanência conduz a lógicas de resignação ou consentimento, propiciadas pelo sentimento de medo inculcado pelas chefias, desfiliação sindical e riscos psicossociais. No entanto, em Portugal, tem-se verificado novas lógicas de reivindicação não apenas de protesto social mas sindical, através da criação do sindicato dos *call centres* que reivindica, sobretudo, o reconhecimento da profissão de operador/a de relacionamento com o cliente. O presente estudo, realizado entre 2008 e 2015, compreendeu a realização de entrevistas semi-diretivas e biográficas a diversos atuais e ex-operadores/as de *call* e *contact centre* de Portugal. Apesar de a precariedade laboral impedir a emancipação de muitos/as dos/as trabalhadores/as, a luta sindical encontra-se reavivada através de novas lógicas de organização e protesto social.

Fim do 1º dia

9.30 – 11.15 – Sessões paralelas (3 Salas)
Apresentação de comunicações (cont.)

28 de Novembro 2015			
9.30	Tema 6: Desenvolvimento, Políticas e Parcerias Sala T5 (Piso 2) Moderador: João Leitão	Tema 1. Globalização, PME e Internacionalização Competitiva Sala T6 (Piso 2) Moderador: Paulo Alves	Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho Sala T7 (Piso 2) Moderador: M ^a Amélia Marques
	2	6	8
	11	39	50
	43	53	51
11.15	Pausa para café	Pausa para café	Pausa para café
11.30	Mesa Redonda - Auditório 1-Torre B–Piso 1 <i>Repensar o Mundo do Trabalho: Políticas, Estratégias e Sujeitos</i>		
13.00	Almoço		
14.30	Tema 2: Mercados (Trans)nacionais de Emprego Sala T5 Moderador: Miguel Chaves	Tema 1. Globalização, PME e Internacionalização Competitiva Sala T6 Moderador: Rui Moura	Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho Sala T7 Moderador: M ^a Conceição Cerdeira
	10	5	20
	21	14	40
	27	42	44
	38		52
	54		
16.30	Sessão Solene de Encerramento - Auditório 1		
17.30	Fim dos trabalhos		

Resumos

9.30 – 11.15 - **Tema 6: Desenvolvimento, Políticas e Parcerias**

Sala T5 (Torre B – Piso 2)
Coordenação/Moderação: João Leitão (ESS-Instituto Politécnico da Guarda)

(2) Formação de jovens para o trabalho precarizado: uma problematização da relação entre o estado e as organizações não governamentais no Brasil e em Portugal;

Sônia Pereira, IE-Universidade de Lisboa e Universidade Federal do Ceará; Rosangela Oliveira; IE-Universidade de Lisboa e Universidade Tecnológica Federal do Paraná

O século XXI apresenta desafios quando nos referimos às juventudes pobres de periferia das grandes cidades. Este artigo pretende problematizar as perspectivas reveladas pela terceirização das políticas públicas de formação de jovens para o mundo do trabalho. O campo empírico da análise localiza-se nas ações de formação para o trabalho, oferecidas a jovens em situação de risco, por duas Organizações não Governamentais (ONGs), uma situada em Lisboa (capital de Portugal) e outra em Fortaleza (capital do

Ceará, Brasil). O estudo examina ações vinculadas a programas destinados a jovens de modo a identificar os elementos que configuram a formação precária para o trabalho precarizado, cujas ações desenvolvidas pelas ONGs são parcialmente subsidiadas pelo Estado e operam com limitações financeiras em ambos os países. A análise orienta-se pela seguinte hipótese: o Estado isenta-se de sua atribuição constitucional e política, de formação para o trabalho, segundo uma perspectiva integral; desconsidera os preceitos democráticos de proteção social, quando direciona as formações para as necessidades do mercado, que se vale de relações de trabalho precarizadas; e, ainda, pretende justificar suas ações com políticas de caráter paliativo e assistencialista. Acresce-se a isso que as “parcerias” com as ONG se realizam como meros processos burocráticos e verticais, que desconsideram princípios que fortalecem perspectivas coletivas. A metodologia ampara-se em abordagem qualitativa, com levantamento e análise documental, observação participante e entrevistas com jovens e dirigentes das ONG participantes desse processo. Tem-se como uma das conclusões que a despeito da característica mercantilista, multifacetada e desarticulada das políticas públicas, é preciso reconhecer que esforços são realizados pelas ONGs no sentido de proporcionar possibilidades aos jovens que por elas são atendidos, nutrindo perspectivas para o futuro. O ponto é que há um sequestro, pela negação dos direitos, de uma formação para o mundo do trabalho de forma integral e pública.

(11) Responsabilidade social das empresas: contrastes socioeconómicos

Rui Moura, Universidade Autónoma de Lisboa

O estudo apresentado teve como ponto de partida o questionamento sobre as práticas empresariais que mais contribuem para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e a influência do setor de atividade, da região de implantação e da dimensão das empresas no comportamento dessas práticas no território nacional.

Os objetivos definidos consistiram em analisar quais são as práticas empresariais que mais contribuem para a configuração de empresas socialmente responsáveis, avaliar em que medida é que essas práticas confirmam tendências socialmente responsáveis nos domínios económico, social e ambiental e verificar se as práticas de RSE variam segundo o setor de atividade, a região de implantação e a dimensão da empresa.

Utilizou-se uma base de dados com uma população de 2613 pequenas, médias e grandes empresas de todas as regiões (NUT) e todos os setores de atividade económica do continente e ilhas, disponibilizada pelo Centro de Estudos em Estratégias e Finanças Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa. A informação foi recolhida com recurso a um inquérito por questionário que constitui referência nacional de recolha de dados. Trata-se de instrumento estandardizado de recolha extensiva de dados junto de empresários e gestores que permitiu selecionar um conjunto de indicadores relativos às práticas de: gestão de clientes; respeito dos direitos humanos; liderança; gestão pessoas e suas condições de trabalho; gestão e envolvimento de parcerias; ética empresarial e desenvolvimento da comunidade.

Cada um dos seis blocos de práticas contém cinco indicadores. Cada questão incluía quatro respostas tipo pontuadas de 1 a 4: (1) práticas inexistentes ou incipientes; (2) práticas pontuais, não estruturadas; (3) práticas formalizadas, incluindo planos de ação com metas e objetivos; (4) idêntico a (3) com revisão, correção e atualização sistemáticas.

Os resultados obtidos evidenciam que as práticas de RSE ainda são frágeis em Portugal, valorizando-se bastante mais a dimensão económica e menos as dimensões social e ambiental. Os critérios ‘dimensão das empresas’, ‘região de implantação’ e ‘setor de atividade’ evidenciam que as práticas melhoram à medida que aumenta a dimensão da empresa, são predominantemente mais desenvolvidas no setor dos Serviços e nas Regiões da Madeira e Lisboa e Vale do Tejo.

(43) Planos para a igualdade no Sector empresarial do Estado: do incumprimento ao foco na relação trabalho-vida pessoal

Hernâni Veloso Neto, IS-Universidade do Porto

O presente trabalho decorre de um projeto de investigação que se está a desenvolver com o intuito de caracterizar a experiência portuguesa de desenvolvimento de planos para a igualdade nas organizações em Portugal, procurando colocar em evidência os contributos destes planos para a promoção da igualdade de género, da qualidade de vida no trabalho e da conciliação entre esferas de vida. Recorre-se a uma abordagem metodológica integrada, considerando três dimensões analíticas complementares: (i) os pressupostos subjacentes à inclusão destes planos na esfera político-legislativa, nos quadros comunitários de apoio e nas estratégias organizacionais; (ii) os contextos organizacionais de desenvolvimento dos planos; e (iii) os principais impactos suscitados pela sua implementação na sociedade portuguesa. Cada dimensão implica um conjunto de procedimentos qualitativos (exemplo: análise documental, entrevistas) e quantitativos (exemplo: inquérito por questionário, análise de estatísticas). A articulação desses procedimentos permitirá concretizar os objetivos traçados, especificando os benefícios do investimento social realizado.

A comunicação terá por base uma das linhas de reflexão e pesquisa que se está a concretizar no âmbito das duas primeiras dimensões analíticas indicadas. Será analisado como a implementação de planos para a igualdade nas organizações tem funcionado como estratégia de reforço do mainstreaming

de género, da prevenção de ações discriminatórias nos locais de trabalho, da regulação da gestão recursos humanos no que diz respeito à relação trabalho-vida pessoal das/os trabalhadoras/es e da efetivação dos princípios de boa governança das organizações públicas e privadas.

A implementação de planos para a igualdade potencia a adoção de políticas e ações que promovam a igualdade de género e os direitos humanos nas sociedades e suas organizações. Importa evidenciar como estes pressupostos estão presentes na implementação destes planos no sector empresarial estatal, por forma a se poder caracterizar a realidade atual, atendo quer à concretização dos requisitos supostos, quer aos principais equívocos que a mesma oculta. A principal ilação que se pode retirar, desde já, concerne com o facto do corpo legislativo já favorecer a implementação e avaliação da eficácia destas ferramentas neste sector, contudo, a prática corrente não está consonante com as orientações normativas, não existindo uma efetiva implementação, tal como expressam várias resoluções de Conselho de Ministros, nem tão pouco uma real avaliação da concretização dos princípios de bom governo nesta área por parte das entidades responsáveis pela monitorização. Nas poucas empresas que cumprem com esses requisitos de bom governo societário, denota-se uma grande focalização nas medidas promovam um maior equilíbrio na relação trabalho-vida pessoal das/os trabalhadoras/es.

9.30 – 11.15 - Tema 1. Globalização, PME e Internacionalização Competitiva

Sala T6 (Torre B – Piso 2)

Coordenação/Moderação: Paulo Alves (DINÂMIA'CET-IUL e ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

(6) Sinistralidade Laboral na Indústria Metalomecânica: Estudo de caso

António Vieira, Universidade da Beira Interior

Este trabalho pretende levar a cabo uma abordagem da sinistralidade que se verifica neste sector, focalizada no sub-universo das pequenas e micro empresas, reportada aos seguintes parâmetros:

- Especificidades técnicas e tecnológicas que os possibilitaram, concorrentes directos para a sua genealogia e decisivos para a sua incubação.
- Elencagem dum conjunto de factores de posturas individuais dos actores sociais envolvidos, determinantes da ocorrência em análise.
- Elementos ambientais, tais como o modelo de organização do trabalho, os índices de segurança dos equipamentos e utensílios utilizados, os mecanismos de prevenção acoplados aos mesmos e os padrões de cultura da empresa que os emolduram.

Procede-se à análise dum sinistro ocorrido numa P.M.E metalomecânica, que deve ser considerado típico, tanto pelos meios técnicos envolvidos, como pelo trabalho standard conducentes ao mesmo, bem como pelo comportamento dos actores envolvidos, estando estas variáveis integradas num conjunto de factores de intercausalidade, indispensáveis à compreensão global do fenómeno, o qual tem sempre como base a premissa do binómio "homem-máquina", ponto de partida numa abordagem sócio-técnica, centrada no estudo conjunto das falhas humanas e técnicas dos acidentes de trabalho industrial e no seu contexto social e organizacional, e adoptada a partir da década de 80 do séc. XX, ocasião em que ganhou terreno relativamente às correntes precedentes, mais redutoras, que colocavam a ênfase prioritariamente na falha humana – as teorias sequenciais do "Dominó de Heinrich" da técnica de análise causal sistémica.

A organização do trabalho enquadra-se no sistema *tayloriano*, incorporando elementos do "sistema de ofício" baseado na experiência e saber acumulados ao longo das suas carreiras profissionais por parte de diversos operários, com uma polivalência de funções e com incidência sobre os índices de segurança e em linha com o desempenho simultâneo do trabalho estandardizado e com a satisfação de encomendas em séries limitadas.

Os preceitos metodológicos empregues são a recolha de dados no local de trabalho, os depoimentos de alguns operários e dum dirigente sindical e a observação dos processos de trabalho correntes.

(39) Pequenos Empresários: condições de trabalho e fatores de precarização

Ana Silva, CES-FE-Universidade de Coimbra

A presente comunicação visa discutir um trabalho de investigação doutoral sobre a precarização de classe dos pequenos empresários. Na génese da sua proposta está uma análise das condições objetivas em que a pequena empresarialidade é experienciada, considerada num contexto de forte concentração de capital, em que a relação com as grandes empresas e sua integração em mercados fortemente concentrados propicia condições objetivas de subordinação e precarização da pequena atividade empresarial, com impactos diretos na sua capacidade de acumulação de capital.

Partindo da análise de dados estatísticos relativos à demografia das empresas e de alguns dos principais indicadores económicos, é proposta uma análise do processo de precarização da condição dos pequenos empresários por duas vias: a primeira, relativa a um modelo de pequena empresarialidade como resposta à necessidade de inserção laboral, em que a situação de pequeno proprietário empresarial não parece configurar uma posição favorecida no que às condições de trabalho experienciadas diz respeito; a segunda, atinente à condição de exercício da função de proprietário-gestor da empresa,

situação acoplada à participação direta do pequeno empresário no processo produtivo, que comporta, portanto, uma duplicidade de funções, responsabilidades e constrangimentos na sua realidade de trabalho. Deste conjunto de dimensões (sistematizadas sob o conceito de *condições objetivas de exercício da propriedade*) resulta uma análise da posição do pequeno empresário na gestão intra-organizacional (da sua unidade produtiva) e inter-organizacional (da gestão das relações com os demais agentes do campo económico e institucional).

Seguindo a investigação uma abordagem metodológica mista, a sua fase atual permite já a apresentação de resultados de uma componente exploratória da pesquisa empírica, em que serão apresentados os discursos de alguns informantes privilegiados, entre os quais dirigentes de associações de pequenas empresas, de organismos públicos de apoio às PME e de entidades credoras.

(53) Riscos psicossociais, stresse e sintomas de mal-estar: perceções dos trabalhadores e perfis de risco

Daniel Alves, Sara Ramos e Helena Carvalho, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Conhecer os riscos psicossociais que coabitam na organização, através das perceções dos trabalhadores, tem vindo a ser reconhecido como elemento-chave do sucesso dos projetos em matéria de saúde no trabalho.

Este *paper* visa analisar as perceções dos trabalhadores sobre riscos psicossociais, stresse e sintomas de mal-estar físico e psicológico. Procuramos, em complemento, diagnosticar as fontes de risco psicossocial às quais os trabalhadores se encontram mais expostos; identificar os fatores de ordem individual diferenciadores das perceções e, por último, definir perfis de risco com base em indicadores de mal-estar.

A investigação baseia-se na análise estatística de uma amostra ($n = 117$) dos trabalhadores de uma empresa portuguesa de grande dimensão do setor dos serviços. A recolha dos dados foi feita através da aplicação de um questionário de avaliação de riscos psicossociais.

Aproximadamente 98% dos inquiridos considera que o trabalho afecta diretamente a sua saúde. O trabalho no subsolo surge como a fonte de risco a que estão mais expostos. As perceções de exposição aos riscos psicossociais, de stresse e de sintomas de mal-estar variam significativamente segundo a idade e a sua antiguidade na empresa. As diferenças significativas localizam-se entre: i) os mais jovens e os que têm entre 46 e 55 anos e ii) os trabalhadores com menos anos na empresa (<10) e os que têm uma antiguidade situada entre os 21 e os 30 anos. A frequência de sintomas de mal-estar aumenta significativamente à medida que a exposição aos riscos psicossociais e o stresse se tornam mais elevados. Os sintomas de mal-estar mais correlacionados com o stresse são, por ordem decrescente, as insónias, a depressão e as dores de cabeça. Identificamos três perfis de risco (baixo, médio e alto risco). Concluímos que a maioria dos trabalhadores está exposta a um baixo nível de vulnerabilidade no trabalho.

9.30 – 11.15 - Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho

Sala T7 (Torre B – Piso 2)

Coordenação/Moderação: M^a Amélia Marques (ESCE-Instituto Politécnico de Setúbal)

(8) As perspectivas dos/as jovens universitárias em relação ao trabalho e à família- um estudo de caso

Sofia Coelho e Sara Casaca, ISEG-Universidade de Lisboa

A partir dos dados estatísticos provenientes da aplicação de um inquérito por questionário aplicado a 100 jovens universitários/as do ISEG (finalistas do curso de Gestão) em 2014-2015, procurámos analisar as perspetivas dos/as jovens face à carreira profissional e à família, e a sua posição quanto às políticas de GRH facilitadoras da conciliação entre trabalho- família. O estudo privilegiou uma abordagem de género.

Os resultados obtidos revelam que os jovens estudantes têm melhores perspetivas em relação à sua inserção laboral e à sua carreira profissional do que as jovens universitárias. No contexto da presente crise laboral, os resultados do inquérito por questionário demonstram que as jovens mulheres, contrariamente aos seus colegas do sexo masculino, tendem a condicionar os seus projetos familiares (constituição de família, maternidade...) devido às fracas perspetivas de inserção laboral. É também possível concluir que continuam a persistir estereótipos de género em relação aos papéis que os homens e que as mulheres devem desempenhar no domínio doméstico/familiar e na esfera do trabalho. Em linha com outros estudos já realizados, concluímos que são as jovens mulheres aquelas que apresentam os valores e as atitudes mais igualitárias e progressistas relativamente aos papéis de género na vida profissional e familiar. Relativamente à questão da conciliação entre o trabalho-família, confirmou-se que os/as jovens tendem a valorizar princípios da organização do trabalho e políticas de GRH amigas das famílias; contudo são ainda as jovens mulheres quem mais confere relevância às mesmas.

(50) Perfis de jovens açorianos no contexto da formação profissional e escolar

Rolando Lalanda, Suzana Caldeira e Osvaldo Silva; CICS.NOVA e Universidade dos Açores

Neste trabalho discute-se o modo como é construído o acesso à formação profissional dos jovens nos Açores, tendo como variáveis ilustrativas o sexo, o local de residência, as trajetórias escolares e as experiências laborais durante a escolaridade obrigatória. Num contexto nacional e regional, marcado pelo desemprego e pela precariedade de emprego, procura-se perceber qual o *espaço de oportunidades* (Lalanda-Gonçalves, 2007) percebido pelos jovens açorianos relativamente à formação profissional e também salientar, neste âmbito, os perfis evidenciados por estes, tendo em atenção as principais variáveis indicadoras das suas trajetórias escolares e laborais.

Neste contexto, procura-se pôr em evidência os percursos mais característicos dos jovens nos Açores e buscar elementos para a sua compreensão a partir de factores contextuais específicos, tais como a repartição geográfica das ilhas, as actividades económicas mais salientes no arquipélago e a própria oferta da formação profissional. Pretende-se, ainda, a procura de perfis referentes aos jovens açorianos no contexto da formação profissional e escolar, tendo em consideração a sua relação com a frequência ou desejo de frequentar cursos de formação profissional.

Os dados empíricos respeitam a um estudo realizado entre 2008 e 2010, para o Observatório da Juventude dos Açores, e atualizado em 2014 e constituem uma amostra representativa da população jovem açoriana. O tratamento dos dados foi efectuado com recurso a uma análise exploratória de dados e, entre outros métodos estatísticos, à Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), com o intuito de estudar as associações entre as categorias das variáveis mais relevantes.

Neste estudo, evidencia-se a existência de três grupos de jovens, a que correspondem diferentes perfis, obtidos com base em variáveis referentes à sua formação profissional. Estes grupos encontram-se relacionados com os processos de estratificação e de mobilidade social associados às qualificações escolares e profissionais dos jovens..

(51) Uma análise aos interesses e projetos dos alunos das Licenciaturas do ICS-UM

Bárbara Guimarães, Universidade do Minho

Esta investigação versa sobre os interesses e projetos profissionais dos alunos matriculados no 3º ano das Licenciaturas do ICS na Universidade do Minho e tem como finalidade compreender a forma como vêm o seu futuro profissional e o valor da sua educação para o efeito.

Analisaram-se três dimensões distintas, o valor da formação, a continuidade e linearidade da formação e o futuro profissional esperado, aplicando um inquérito a 113 alunos das licenciaturas do ICS, em conjunto com observação participante e “entrevistas”.

Dos resultados obtidos, é de realçar que os alunos concretizaram as expectativas iniciais quanto ao curso, manifestando-se esse aspeto na valorização positiva do mesmo, embora considerando a preparação profissional da licenciatura insuficiente aos seus objetivos primários. Estes factos refletem-se na pretensão da maioria dos alunos em seguir para Mestrado, optando pela UMinho e em grande parte respeitando a linearidade da sua formação.

Contudo, o futuro profissional delinea-se expectando fenómenos de desemprego, emprego precário e subqualificação, pondo em causa a praticidade da formação no mercado de trabalho. A grande ânsia para o futuro destaca-se essencialmente pela estabilidade profissional na área de formação académica.

Em conclusão, ostenta-se uma espécie de ciclo vicioso criado à volta do ensino superior onde a descrença no mesmo, conduz a uma pressão extra por parte dos alunos que tentam convergir as suas necessidades profissionais com as necessidades do mercado de trabalho. Inconscientemente, encontram as respostas às suas necessidades no próprio ensino superior, procurando a continuidade dos seus estudos de forma a corresponder às pressões exercidas pelo mercado de trabalho. A posição do mercado de trabalho, cuja forma de atuar incentiva os alunos a procurar a maior profissionalização na sua formação ao invés da multidisciplinariedade oferecida, coloca o ensino superior numa posição de escrutínio infundada face à realidade verificável.

11.15 – Pausa para café

11.30 – Mesa Redonda (Auditório 1, Torre B – Piso 1)

Repensar o Mundo do Trabalho: Políticas, Estratégias e Sujeitos

- António Pêgo – AEP-Associação Empresarial de Portugal
- Francisco Madelino – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Ilona Kovács – ISEG-Universidade de Lisboa
- Manuel Carvalho da Silva – CES-Lisboa-Universidade de Coimbra

Moderação: Ana Paula Marques – CICS-Pólo da Universidade do Minho, Presidente da Comissão Organizadora

13.00 – Almoço

14:30/16.30 - Sessões paralelas (3 Salas)

Apresentação de comunicações (cont.)

Resumos

14.30 – 16.30 - **Tema 2: Mercados (Trans)nacionais de Emprego**

Sala T5

Coordenação/Moderação: Miguel Chaves (CICS.NOVA/FCSH-Universidade Nova de Lisboa)

(10) **Presente e futuro da profissão de sociólogo. Reflexões a partir do caso Português**

Paulo Machado, CICS.NOVA, FCSH-Universidade Nova de Lisboa e LNEC

Recorre-se ao último inquérito alargado (n= 1207) sobre as práticas profissionais dos diplomados em Sociologia, realizado em Portugal em 2013, cujos dados são parcialmente inéditos, como suporte empírico para uma reflexão sobre o exercício da profissão de sociólogo e das condições sócioprofissionais contemporâneas dos diplomados em Sociologia.

Essa reflexão, reforçada ainda com dados publicados pelo IEFP e MCT sobre o desemprego dos diplomados em Sociologia desde 2007 (série entretanto descontinuada), é também apoiada pela apresentação, igualmente inédita, de uma geografia da comunidade de sociólogos residentes em Portugal (e da sua evolução entre 2001 e 2011).

Pretende-se, com recurso à mobilização de um quadro analítico, desenvolver uma prospetiva sobre o exercício da profissão de sociólogo, com a apresentação de uma matriz de impactos. Esses impactos são refletidos sobre a formação académica hoje prevalecte nas instituições do ensino superior onde a Sociologia é lecionada; sobre o campo de oportunidades para o exercício de uma sociologia profissional; e sobre a própria comunidade sociológica portuguesa e as suas organizações representativas.

Entende-se que é por demais oportuno pensar a Sociologia de hoje à luz dos constrangimentos ditados pelos processos de desregulação do mercado de trabalho, da sua progressiva precarização, da aversão ao papel regulador do Estado, e da falsa evidência do confinamento, adjacência e dispensabilidade do conhecimento sociológico. As (novas) práticas, os (novos) conteúdos e os (novos) sentidos dos profissionais da Sociologia não dispensam, antes exigem, um exercício de avaliação crítica do que tem sido o caminho percorrido, mas sobretudo exigem capacidade prospetiva para evitar a redução do exercício da Sociologia aos redutos académicos em que parece ter-se entrenchado nos últimos anos.

O autor reforça esta proposta de análise sobre o presente e o futuro com referências decorrentes da sua própria experiência profissional e dos campos de ação profissional em que se move desde há 30 anos.

(21) **“Estou a trabalhar e a fazer aquilo que gosto” - Perfil, condicionantes e motivações da emigração portuguesa de profissionais diplomados**

Susana Amaral, CICS.Nova-Universidade do Minho

Num contexto de crise económica e financeira, Portugal tem vindo a ser palco de expressivos fluxos de saída de profissionais que procuram/encontram alternativas noutros países. Os jovens-adultos com qualificação superior estão, cada vez mais, implicados nestes fluxos, apresentando a maior subida da última década. Nesta apresentação, propomos uma análise qualitativa deste fenómeno, privilegiando quer a compreensão das condicionantes - tanto dos fatores de atração da sociedade de destino, como dos de repulsão da sociedade de origem -, quer o conhecimento das características, motivações, estratégias, trajetórias e perpectivas deste perfil de emigrantes.

Com base na análise descritiva dos resultados de um inquérito por questionário aplicado a portugueses residentes no estrangeiro, com grau de ensino superior, que saíram do país antes e após 2011 (ano crítico associado à crise que marca o início da aplicação do programa de ajustamento económico), apresentaremos o seu perfil sociodemográfico, a trajetória profissional (pré e pós saída), a trajetória migratória, a relação com o país de origem, as dinâmicas de integração no país de acolhimento,

os projetos e perspectivas de futuro e um balanço da experiência de emigração. Analisaremos, também, as condicionantes individuais e estruturais que influenciaram a saída, nas suas vertentes atração/repulsão. Por fim, retomamos o objetivo geral da pesquisa: compreender as reconfigurações da mais recente emigração de diplomados portugueses, salientando o que aproxima e/ou distingue estes agentes e processos migratórios da anterior mobilidade transnacional qualificada, emergente nos anos 80/90, assim como o grau de aproximação dos fatores que a condicionam, relativamente às tradicionais “determinantes” da emigração estrutural portuguesa.

A centralidade do trabalho, da carreira e da realização pessoal e profissional, bem como as transformações recentes dos mercados profissionais (trans)nacionais emergem como dimensões fundamentais das dinâmicas de mobilidade destes profissionais.

(27) Emprego e desemprego em Portugal – influência das migrações e tendências futuras

José Rebelo Santos e M^a Amélia Marques, ESCE-Instituto Politécnico de Setúbal

A crise que se faz sentir no mundo ocidental (e de forma particular em Portugal) bem como a utilização crescente de novas tecnologias de grande sofisticação contribuem para explicar o elevado desemprego que se regista em Portugal.

A articulação destas duas situações tem um impacto muito grande no mercado de trabalho português. A crise faz diminuir a procura o que implica produzir menos e por essa via vai traduzir-se na diminuição dos postos de trabalho disponíveis; a adoção de novas tecnologias permite substituir pessoas por máquinas o que faz diminuir ainda mais o emprego.

Neste contexto seria previsível um acentuado crescimento do desemprego. É verdade que essa situação se verificou mas, de acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos dois anos parece haver uma inflexão nessa tendência. Até que ponto é que essa inflexão tem ligação com aspetos demográficos como as migrações, a baixa natalidade e o envelhecimento?

Os Dados disponibilizados pelo INE e SEF mostram uma redução drástica na imigração e movimentos de retorno de algumas comunidades imigrantes para os seus países de origem; ao mesmo tempo verifica-se um aumento substancial da emigração sobretudo jovem. A natalidade permanece em níveis historicamente baixos embora surjam sinais de que possa haver um crescimento tímido nos nascimentos. Quanto ao envelhecimento populacional a tendência continua a ser de crescimento.

O nosso objetivo é, numa perspectiva exclusivamente demográfica, com base em projeções do Instituto Nacional de Estatística relativos à população residente por idades entre 2012 e 2030 e que refletem quer o saldo natural quer os saldos migratórios, mostrar que tendencialmente se irá verificar uma diminuição consistente do desemprego. Não se pretendem identificar outros fatores que poderão concorrer para um diminuição maior ou menor no desemprego.

(38) Flexibilização dos sistemas produtivos: o fenómeno da precarização no trabalho e na produção

Ana Silva e Alfredo Campos, CES-FE-Universidade de Coimbra

Partindo do diálogo entre dois processos de investigação doutoral de autorias diferentes, esta comunicação centra-se nos processos através dos quais o atual sistema de concentração de capital dissemina modos de inserção laboral tendencialmente precarizantes.

Os autores centram-se nos fenómenos de complexificação dos sistemas produtivos impulsionados pela empresa flexível e o seu forte investimento em I&D, tecnologia e capital fixo no núcleo central da sua produção. Como necessariamente correlativa desta tendência encontra-se a externalização do capital variável, expressa em processos distintos de exteriorização das atividades trabalho-intensivas, dos quais dependem processos aparentemente desconexos de flexibilização empresarial e laboral com impactos significativos no processo de precarização do trabalho.

Advoga-se, assim, que na base dos fenómenos de outsourcing de “colaboradores” e de subcontratação de PME's está um propósito generalizado de *periferização* que, sob a aparente premissa de “dispersão” do capital, cria antes um processo de satelização subordinada em torno da atividade das grandes empresas. Processo que, com expressão nos diversos setores de atividade, desenraíza o trabalho do próprio processo produtivo: ora diretamente (trabalho independente em prestação de serviços), ora indiretamente e mediante duas formas empresariais: por um lado, transferindo partes do processo produtivo intensivas em fator trabalho para as PME's, por outro, por via da empresarialização do próprio processo de recrutamento direto dos trabalhadores (empresas de recrutamento).

A opção de externalização permite à grande empresa a demarcação (inclusive jurídica) face a todas as “partes” do seu processo produtivo que são intensivas em trabalho, com consequências agravadas nas múltiplas formas de precarização laboral e nas novas formas de exploração.

Partindo da conjugação dos modelos teóricos das duas investigações que lhe dão origem, a comunicação não visa a discussão dos seus métodos ou resultados, mas propõe um aliciante debate sobre os processos de precarização.

(54) “Agora sou velho para trabalhar”: uma leitura sociológica da experiência do desemprego em fim de carreira profissional

Rita Neves e Carlos Silva, Universidade do Minho

Victor e Rui enfrentam a extinção do seu posto de trabalho aos 60 anos, na sequência do encerramento da sua empresa. Tal como tantos outros homens portugueses da sua geração, trabalham desde tenra idade, exercendo funções manuais e pouco especializadas, fisicamente exigentes, a troco de um salário mínimo. Victor diz-se reformado, e mostra-se aliviado da sobrecarga física e psicológica e dos constrangimentos de horário que o impedia de estar com a família. Já Rui não vê vantagens na sua situação actual, apontando o fim de uma rotina que lhe dava um propósito diário e a participação dum projecto colectivo que se traduzia num sentimento de pertença.

Taxas de desemprego elevadas, discriminação etária ou a desadequação dos saberes profissionais às exigências do mercado de trabalho são alguns dos factores que deixam fracas possibilidades de reintegração por parte de desempregados mais velhos. A reforma antecipada poderá garantir a subsistência económica dos que são elegíveis. Contudo, esta opção, para além das implicações nos esquemas de pensões, impõe a abdicção de um papel socialmente valorizado nas sociedades ocidentais, tradicionalmente associado à idade adulta, e a interiorização de um rótulo conotado negativamente, o de idoso.

A presente comunicação reflecte sobre as vivências do desemprego em trabalhadores “mais velhos”, e de como as estratégias para lidar com a hetero-exclusão do mercado de trabalho passam pela incorporação de uma identidade deteriorada, associada a inactividade e inutilidade, e a um processo de “envelhecimento social”. As histórias de vida de Victor e de Rui, bem como os seus discursos relativamente ao emprego e ao desemprego ilustram uma leitura sociológica do fenómeno do desemprego como mecanismo de exclusão dentro de uma lógica neoliberal de selecção e de valorização dos indivíduos em função do seu valor na cadeia produtiva e/ou a sua dispensa em caso de reestruturação ou deslocalização de empresas.

14.30 – 16.30 - Tema 1. Globalização, PME e Internacionalização Competitiva

Sala T6

Coordenação/Moderação: Rui Moura (Universidade Autónoma de Lisboa)

(5) A Responsabilidade Social dos Hospitais Portugueses Analisada a Partir dos Discursos e das Práticas

Mónica Freitas, FCSH-Universidade Nova de Lisboa; Rui Santos e M^a João Santos, ISEG-Universidade de Lisboa

De um modo geral, o tema da responsabilidade social nos hospitais encontra-se subexplorado quer do ponto de vista teórico como prático. Os raros estudos existentes, apontam a RS como sendo fruto da ascensão do modelo biomédico na área da saúde. Deixando de lado o aspecto relacional que reveste este conceito.

A bibliografia aponta a RS como sendo a incorporação voluntária das preocupações sociais, ambientais, económicas e de prevenção de doenças, nas escolhas e nos arranjos sociais construídos pelos atores da saúde, de forma a proporcionar um acesso universal e equitativo por parte dos cidadãos EU (2001), UNESCO (2010).

Com vista contribuir para a produção de conhecimento teórico verificado no campo, propomos neste estudo, analisar como os atores da saúde apreendem, reformulam e explicitam a responsabilidade social, a partir da análise dos discursos, dos programas e das redes de *stakeholders* consolidadas.

Compreende o nosso principal objetivo, identificar e analisar os valores (Garriga & Melé, 2004), as motivações (Almeida, 2010) e as lógicas de justificação (Boltanski & Thévenot, 1991) invocados pelos atores deste setor, numa tentativa de perceber, quais são as oportunidades e as dificuldades com as quais se depara a RS.

Ao nosso ver, este estudo traz a pertinência teórica de tentar compreender como se desenvolve o processo negocial num setor em plena transformação (Silvestre, 2005). Além disto, traz a pertinência político-prática de identificar e analisar as motivações empreguem no desenvolvimento da RS.

O atual Plano Nacional de Saúde PNS (2012-2016), invoca a participação das organizações e dos profissionais da saúde nas iniciativas de responsabilidade social. Segundo este documento programático, a RS é o caminho pelo qual as organizações alcançarão a sustentabilidade dos meios empregues na produção dos cuidados de saúde.

(14) Qualidade de vida e bem-estar na reforma: uma análise à luz da realidade angolana

João Manuel Saveia, CIEPOT-Centro de Estudos e Pesquisas, Angola

A qualidade de vida e o bem-estar são temas que vêm ocupando o interesse de vários profissionais. Não obstante, a análise mais atenta da literatura sobre o assunto evidencia que esse campo de estudos ainda é marcado por inconsistências teórico-conceituais que têm interferido no progresso da área, o que denota a necessidade de realização de estudos e análises que se mostrem capazes de elencar os principais fatores que impactam a qualidade de vida e o bem-estar em diferentes contextos. Este artigo procura analisar o que é fundamental para o bem-estar e os aspectos que podem assegurar a qualidade de vida daqueles que estão a passar para a reforma. O artigo difere dos vários que têm sido escritos sobre o tema, pois enfoca a qualidade de vida e o bem-estar não apenas no trabalho, mas principalmente no desligamento dele. Tomou-se como objeto de estudo a realidade angolana. Trata-se de um texto que resulta de pesquisa bibliográfica e da análise da realidade do país, com base na experiência do autor na condução de programas de preparação para a reforma. Entre as várias conclusões destaca-se que a qualidade de vida na reforma tem como um dos pilares centrais o equilíbrio obtido pela pessoa que consegue dar atenção às diferentes dimensões da sua vida. Destaca-se também que é necessário que o governo e a classe empresarial proponham políticas de atualização e educação permanente, para que os reformados possam sentir-se motivados e produtivos. Finalmente, destaca-se o facto de que qualidade de vida na reforma não deve ser definida apenas por critérios conceituais e técnicos, mas deve considerar indicadores políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais.

(42) Gestão participada da segurança na construção civil: um estudo de caso

Rui Cunha, ISLA-IPGT; Hernâni Veloso Neto, IS-Universidade do Porto

O setor da construção civil e obras públicas encontra-se inserido numa das atividades económicas mais criativas sobre o ponto de vista de execução, mas que também é uma das que acarretam mais riscos profissionais para as/os trabalhadoras/es. Com a presente comunicação pretende-se partilhar como o envolvimento das/os trabalhadoras/es no processo de gestão da prevenção numa obra de construção civil de grande dimensão pode funcionar como um fator chave de sucesso na melhoria efetiva das condições de trabalho e na redução dos riscos de acidentes.

A experiência realizada numa obra pública de referência, onde foi implementada uma estratégia de gestão participada, permitiu que a tradicional fragmentação e divisão do trabalho desse lugar a um discurso de integração das atividades e das decisões, em que a segurança passou a ser discutida e perspetivada de forma transversal em todas as áreas organizacionais. Contexto que favoreceu a criação de níveis de compromisso e de motivação em todas/os as/os trabalhadoras/es, sendo indubitavelmente os principais fatores de sucesso deste projeto, permitindo cumprir com o objetivo de segurança proposto inicialmente, ou seja, “zero mortes, zero acidentes graves”.

Na comunicação será analisado a contribuição da gestão participativa e da segurança participativa para a organização do trabalho e o desempenho de segurança das/os trabalhadoras/es. Também se focarão os diversos mecanismos de participação, sinalizando-se a dimensão dos mesmos nos contextos de trabalho e as especificidades da sua concretização. Para concluir, evidenciar-se como esses preceitos foram efetivados no projeto de construção do Viaduto do Corgo, uma obra de elevada complexidade técnica, que foi considerada de elevado risco numa perspetiva da segurança do trabalho. Com uma extensão de 2.796 metros, pilares principais de 134 metros de altura e um investimento de 85 milhões de euros, este viaduto é considerado o mais alto construído no país, sendo o viaduto mais alto da Península Ibérica, e um dos mais altos do mundo. O estudo de caso valoriza toda a estrutura do trabalho, nomeadamente por materializar o enquadramento teórico, assim como, por ser um caso de sucesso num setor de atividade com elevada resistência às mudanças organizacionais e comportamentais, granjeando um potencial de estudo para futuras intervenções na mesma área.

14.30 – 16.30 - Tema 3: Educação e Formação em Contexto de Trabalho

Sala T7

Coordenação/Moderação: M^a Conceição Cerdeira (ISCSP-Universidade de Lisboa)

(20) Discutindo as trajetórias profissionais de “sucesso” e de “excelência” em ciências sociais a partir dos relatos biográficos

Cátia Ferreira e Emília Araújo, Universidade do Minho

As ciências sociais, com algumas exceções, são continuamente apresentadas como áreas de baixa penetração no mercado de trabalho. Mas, todos os dias nos deparamos com histórias de pessoas formadas nestas áreas cujos percurso profissionais e, sobretudo, cuja situação atual de carreira evidencia elevada consistência e reconhecimento no mercado de trabalho, sendo frequentemente rotulados como “profissionais bem-sucedidos”. À luz das abordagens teóricas sobre a mobilidade social e percursos

profissionais em contextos competitivos e marcados por lógicas de flexibilidade de trabalho, precaridade e mobilidades de vários tipos, questionamo-nos sobre o modo como se constroem este tipo de percursos e de “carreiras” profissionais em Ciências Sociais, destacando nomeadamente a natureza dos constrangimentos estruturais evidenciados nessas histórias, assim como a tipologia das ações desenvolvidas pelos atores no desenvolvimento dos seus percursos. Nesse sentido, a comunicação versa sobre as trajetórias profissionais de ex-estudantes dos cursos de licenciatura e/ou mestrado ministrados no instituto de ciências sociais da Universidade do Minho: sociologia, história, geografia, arqueologia e ciências da comunicação.

O estudo desenvolve-se na base de entrevistas biográficas e na análise de currículos e de outros documentos, incluindo relatórios institucionais.

Da análise de conteúdo realizada, é possível adiantar, como principais conclusões, que as variáveis mais destacadas como tendo influenciado positivamente as escolhas e os percursos profissionais são os conselhos dos professores, sobretudo ao nível do ensino secundário, a tipologia de acompanhamento e apoio familiar e, por último, os graus de atividade, responsabilidade e autodisciplina, tal como valorizados nos discursos dos próprios entrevistados. Entre outras, estas conclusões sobre as dimensões mais subjetivas, mas não menos sociológicas, servirão para relativizar a ênfase dada, por alguns estudos, sobretudo no domínio da qualidade do ensino superior, ao tipo de curso obtido e “grau de empregabilidade” do mesmo, tipo de universidade ou natureza do ensino ministrado, no que respeita à construção do “sucesso” e da “excelência” profissional.

(40) Empreendedorismo no ensino superior e o seu impacto na configuração dos projetos e trajetórias profissionais dos diplomados

Rita Moreira, CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

O empreendedorismo é assumido ao nível das políticas públicas europeias e nacionais como eixo de intervenção estratégico de qualificação dos recursos humanos, crescimento económico e criação de emprego (EC, 2012). Face ao aumento substancial do desemprego qualificado, as dificuldades de acesso ao emprego e a necessidade de conferir um maior perfil de empregabilidade, as instituições do ensino superior (IES) são convocadas a disponibilizarem ofertas e metodologias de ensino geradoras de atitudes favoráveis em relação ao empreendedorismo. Ainda assim, uma temática pouco explorada na investigação tem sido a relação entre a educação em empreendedorismo e os projetos profissionais e a empregabilidade dos diplomados, quer através da sua capacitação para a criação do seu próprio emprego/empresa quer via o aumento do seu potencial valor como trabalhadores mais ‘empreendedores’ (Rae, Woodier-Harris, 2013).

Esta comunicação propõe-se precisamente avançar com uma nova abordagem concetual do empreendedorismo. A partir dos resultados preliminares de um projeto de doutoramento em curso, visa-se: i) avaliar criticamente o impacto da educação em empreendedorismo na configuração dos percursos educativos e profissionais; ii) caracterizar e contrastar itinerários profissionais, destacando-se a pluralidade de estatutos socioprofissionais (e.g., trabalhador assalariado, independente/empresário, formando, inativo, desempregado) e respetivas estratégias de transição profissional; iii) evidenciar padrões de empreendedorismo e empregabilidade dominantes e emergentes no quadro da flexibilização das relações laborais. Para tal, mobiliza-se um *corpus* empírico composto por entrevistas realizadas a 38 diplomados de diferentes universidades portuguesas, ciclos de estudos, idades e perfis de formação. Com base nos seus itinerários educativos e profissionais, pretende-se dar um contributo para explicar e compreender os determinantes do empreendedorismo, bem como sustentar uma reflexão sobre a papel político-estratégico das IES no atual quadro de profundas transformações do mercado e contextos de trabalho.

(44) Trajetórias profissionais de jovens advogados em grandes sociedades

Susana Santos, CIES-ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Esta comunicação apresenta resultados preliminares de uma investigação em curso dedicada à inserção de jovens advogados em sociedades de advogados de grande dimensão. Metodologicamente foram seleccionados de forma aleatória, através do recurso aos portais de cada sociedade, um grupo de advogados e advogadas em fase de estágio e/ou nos três primeiros anos de actividade profissional.

As entrevistas realizadas seguiram o método das histórias de vida articuladas em quatro eixos temáticos: educação, família e redes de sociabilidade, trabalho e estilos de vida.

A análise das histórias de vida dos advogados chamou a atenção para a relação entre as trajetórias profissionais de cada advogado, em particular na passagem do estágio para o exercício pleno da profissão, com as suas origens familiares e as suas redes de sociabilidade. Nesta comunicação pretende-se explorar os impactos do capital social nos percursos profissionais, sobretudo como catalisador de uma carreira profissional com etapas mais rápidas e de mais fácil superação. Neste sentido pretende-se desmistificar a ideia que existe um conjunto de conhecimentos inatos ou alcançados através do mérito individual em exclusivo, contrapondo com um conjunto de mecanismos sociais de reprodução das desigualdades, por um lado, e de reprodução das elites, por outro lado.

(52) Experiências disruptivas, corrosivas e criação do próprio emprego: uma abordagem qualitativa

Fátima Assunção, ISCSP-Universidade de Lisboa

O debate sobre as transformações do mercado de trabalho nas últimas décadas tem sido acompanhado de um interesse crescente pelo estudo do empreendedorismo e do autoemprego.

Esta comunicação centra-se na análise de situações em que a criação do próprio emprego surge como alternativa ao trabalho por conta de outrem, após a vivência de situações de adversidade com forte impacto na vida dos indivíduos. Conceptualizam-se estas vivências como *crises disruptivas* ou *corrosivas*. As primeiras podem ter origem em acontecimentos profissionais ou familiares e são vivenciadas pelos indivíduos como momentos de rutura nos seus cursos de vida, com implicações na sua relação com o emprego. As segundas correspondem a um sentimento de gradual deterioração da relação com uma experiência de trabalho assalariado em particular ou com o trabalho por conta de outrem em geral.

Do ponto de vista analítico, defende-se que a compreensão das trajetórias associadas à criação do próprio emprego pode ser explorada através do estudo das articulações entre *crises disruptivas* e *corrosivas*, por um lado, e relações de género e capitais em sentido Bourdieusiano, por outro. Deste modo, pretende-se contribuir para uma análise compreensiva da complexidade de experiências, fatores e circunstâncias sociais que modelam a criação do próprio emprego e que nem sempre adquirem visibilidade no discurso público em torno do empreendedorismo.

Os resultados a apresentar integram uma pesquisa qualitativa mais vasta sobre os modos como homens e mulheres vivenciam as suas trajetórias de criação do próprio emprego e a interação entre vida empresarial e esfera familiar. Nesta investigação recorreu-se à entrevista semiestruturada e procedeu-se à análise temática das entrevistas. O estudo centrou-se na Região de Lisboa e em negócios lançados entre 2005 e 2008. Tendo por base uma amostragem teórica, foram entrevistadas 48 pessoas (23 mulheres e 25 homens), distribuídas pelos setores da restauração, do comércio e de serviços representativos de segmentos menos tradicionais do trabalho por conta própria.

16:30 – Sessão Solene de Encerramento (Auditório 1)

- Miguel Chaves, CICS.NOVA/FCSH- Universidade Nova de Lisboa
- Paula Urze, Presidente da APSIOT-Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia (SIOT)
- Ana Paula Marques, Presidente da Comissão Organizadora

17.00 – Fim dos trabalhos